

Prêmio Ajuris de redação nas escolas

ONDE ESTÁ A JUSTIÇA EM SUA VIDA?



Prêmio Ajuris **de redação** **nas escolas**

ONDE ESTÁ A JUSTIÇA EM SUA VIDA?



Porto Alegre, 2023.

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Juízes e Carreiras Públicas do Direito do Estado do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris - integra o Sistema Sicredi de crédito cooperativo, o qual conta atualmente com mais de duas mil e quatrocentas agências em todo o Brasil, e aproximadamente trinta e cinco mil colaboradores. O principal diferencial do cooperativismo em relação aos bancos em geral reside no jeito simples e próximo das pessoas, sendo a ênfase no relacionamento uma das melhores demonstrações de atenção aos cooperados e colaboradores. Como instituição financeira cooperativa, visa contribuir com o desenvolvimento econômico das comunidades a qual está integrado e também apoiar o desenvolvimento social e cultural. Cito como exemplo o Programa “A UNIÃO FAZ A VIDA”, presente hoje em mais de 1900 escolas da rede municipal em todo o Brasil, promovendo atitudes e valores de cooperação e cidadania para crianças e adolescentes.

A Sicredi Ajuris é apoiadora do “Prêmio Ajuris de Redação nas Escolas” desde a sua criação pois vem ao encontro de nosso propósito de promover o desenvolvimento cultural e, também, pela importância dos questionamentos propostos aos participantes, destacando-se aí a busca da visão e pensamento dos jovens estudantes sobre o Poder Judiciário, estimulando-se a partir de um juízo crítico um melhor conhecimento sobre o funcionamento e alcance da sua importância. Ao mesmo tempo, proporciona aos magistrados uma reflexão sobre sua atividade, pois têm a oportunidade de saber como é visto pela sociedade a partir do olhar dos jovens.

Tenho convicção de que a leitura deste livro contribuirá para uma melhor compreensão do Poder Judiciário.

Danúbio Edon Franco

Presidente do Conselho de Administração da Sicredi-Ajuris

Realização



Apoio:



O ano de 2022 foi marcado pelo retorno à normalidade pós-pandemia e a Ajuris ansiava por retomar a interlocução da magistratura gaúcha com a sociedade, que sempre foi característica de sua atuação.

No entanto, com a retomada dos já tradicionais eventos culturais promovidos pelo Departamento Cultural, percebemos que precisávamos de uma oportunidade de comunicação justamente com aqueles que foram mais prejudicados com o distanciamento social – as crianças e os adolescentes.

Assim, surgiu o Prêmio Ajuris de Redação nas Escolas, em que convidamos os alunos do Ensino Médio das escolas públicas estaduais a dissertarem sobre “Onde está a Justiça em sua vida?”.

Pretendíamos, com isso, ouvir os alunos sobre suas percepções de Justiça, como aplicam o sentido de justo em suas vidas, como lidaram com alguma situação de injustiça no seu dia a dia.

A adesão dos alunos, com o suporte de seus professores, nos surpreendeu, e recebemos 287 inscrições, provenientes de 118 escolas gaúchas.

Escolher apenas três redações dentre elas foi de enorme dificuldade diante da qualidade e da profundidade de cada uma. Porém, nossos três premiados, Nicolas Eduardo Lima Nunes, do Colégio Estadual Nicolau Chiavaro Neto (Gravataí); Lucas Flores Borin, da Escola Básica Estadual Dr. Paulo Devanier Lauda (Santa Maria); e Juliana Beatriz dos Santos, da Escola Estadual de Ensino Médio Curupaiti (Vale Verde) demonstraram enorme maturidade e técnica em suas exposições.

As cerimônias de entrega dos prêmios, nas escolas, foram de grande emoção para todos nós. Vemos todos aqueles alunos reunidos, aplaudindo seus colegas de turma, orgulhosos, e demonstrando tanta gratidão aos seus professores trouxe lágrimas aos nossos olhos.

Porém, apesar do sucesso do Prêmio e da felicidade com a sua realização, chegamos à conclusão que ainda faltava uma etapa. O que fazer com as inúmeras redações que não foram premiadas, mas que traziam tão belas reflexões? Como permitir que os magistrados leiam e conheçam a percepção de nossos estudantes sobre a Justiça?

Então, surgiu a ideia de publicarmos este livro. Nele, é possível ler algumas das lindas redações que recebemos e que, apesar de não terem ganhado prêmio, trouxeram um ponto de vista que precisa ser conhecido. Mais uma vez, não foi uma seleção simples. Talvez, ainda mais difícil que escolher as vencedoras – que também constam neste livro.

Convidamos, no entanto, magistrados de diversas comarcas e atribuições a tecerem breves comentários sobre as redações, seja refletindo a partir do texto, seja trazendo alguma experiência pessoal, ou mesmo aconselhando o aluno de alguma forma.

Com isso, acreditamos que, enfim, conseguimos o nosso objetivo: promover um diálogo entre os juízes e os alunos.

O Prêmio Ajuris de Redação nas Escolas foi se transformando durante seu desenvolvimento e muito se deve à recepção que teve junto às escolas. Que venha a próxima edição e que ela também nos transforme na mesma proporção.

Cláudio Martinewski
Presidente da AJURIS

Daniel Neves Pereira
Vice-Presidente Cultural AJURIS

Samyra Remzetti Bernardi
Diretora do Departamento
Cultural AJURIS

SUMÁRIO

Amanda Damasio Dalla Vecchia <i>Helena Ruppenthal Cunha</i>	10
Antoni Ortolan <i>Madgéli Frantz Machado</i>	12
Bianca Ferreira de Souza <i>José Antônio Daltoé Cezar</i>	14
Fernando Antônio Salvatico <i>Enzo Carlo di Gesu</i>	16
Giovana Salete Memlak <i>Josiane Caleffi Estivalet</i>	18
Isabela Marcon <i>Diego Carvalho Locatelli</i>	20



João Gabriel Weber Machado	22
<i>Carolinne Vahia Concy</i>	
Josué dos Santos Farias	24
<i>Charles Maciel Bittencourt</i>	
Josué Terra do Nascimento	26
<i>Marcela Pereira da Silva</i>	
Juliana Beatriz dos Santos***	28
<i>Marcia Kern</i>	
Kássia Gabrielli Dias de Oliveira	30
<i>Raphael Miller de Figueiredo,</i>	
Lethicia Jaqueline Lunkes	32
<i>André Luis de Moraes Pinto</i>	
Lis Vieira Monteiro	34
<i>Thiago Dias da Cunha</i>	
Lucas Becker Lau	36
<i>Ícaro Carvalho de Bem Osório</i>	
Lucas Flores Borin**	38
<i>Gabriela Dantas Bobsin</i>	
Magda Timoteo Dinarte	40
<i>Priscila Anadon Carvalho</i>	
Nicolas Eduardo Lima Nunes*	42
<i>Daniel Neves Pereira,</i>	
Pietra Wannmacher da Silva Rigon	44
<i>Flávia Marciano Monteiro</i>	
Salatíel Silva de Oliveira	46
<i>Samyra Remzetti Bernardi</i>	
Thales Gabriel Fernandes Diniz Martins	48
<i>Patricia Antunes Laydner</i>	
Vanessa Klein	50
<i>Conceição Aparecida Canho Sampaio Gabbardo</i>	

*Premiado em 1º lugar | **Premiado em 2º lugar | ***Premiada em 3º lugar





Prêmio Ajuris
de redação
nas escolas

ONDE ESTÁ A JUSTIÇA EM SUA VIDA?

Amanda Damasio Dalla Vecchia

Coqueiro Baixo - RS

Escola Estadual de Ensino Médio Donato Caumo

1º ano

1	Justiça desde o princípio
2	Desde o momento em que alguém é concebido, a Justiça se
3	faz presente. Ainda estando no útero da mãe, a pessoa tem
4	o direito à vida e à proteção da integridade da genitora.
5	Tais direitos são ampliados ao longo da sua existência,
6	em diversos momentos e fases.
7	Durante toda a inicialização do indivíduo no meio social,
8	lhe são garantidos os direitos à igualdade e ao acesso a uma e-
9	ducação de qualidade. Mesmo assim, ainda há aqueles que não têm
10	garantias e precisam arcar com responsabilidades de adultos, como
11	trabalhar para sustentar a lar, perdendo parte de sua infância.
12	No auge da adolescência, as obrigações parecem se tornar maiores
13	que os direitos. Surgem mais preocupações acerca de como eles devem
14	ser utilizados, como a liberdade de expressão. É relevante destacar
15	que, a partir da Constituição de 1988, adolescentes a partir dos 16 anos,
16	com muita insistência, conseguiram o direito de votar, assim par-
17	ticipando de algo que influencia a vida de todos.
18	Já ao ser inserido no mundo do trabalho, é através da Justiça
19	que todo o profissional tem direito a um salário justo, à
20	igualdade de infraestrutura na área de serviços, e a ter
21	a carteira de trabalho assinada. Esses aspectos atribuem
22	segurança ao trabalhador, bem como agregam confiança a
23	coisas que estão presentes a unicas esta fase.
24	Durante toda vida, portanto, desde a concepção até a morte, a Jus-
25	tica assegura os direitos dos cidadãos, seja na escola, no traba-
26	lho, na vida em sociedade. Cada vez mais, as pessoas estão buscan-
27	do ter consciência das suas obrigações sociais, assim, constroem uma
28	sociedade em que, acima de tudo, os direitos constitucionais são
29	garantidos pela Justiça e pelos que não desistem de lutar
30	por seus direitos.

Cara Amanda:

Desde logo te abraço e te parablenizo pelo teu texto, que me deixou a forte impressão de que és estudiosa, atualizada e com uma consciência da realidade admirável para tua idade e escolaridade.

O que mais admirei na tua exposição é que tens clara a identificação entre direitos e justiça. De fato, sem que a pessoa tenha observado e reconhecido seus direitos em todas as áreas - do nascituro, das mães, dos trabalhadores, da saúde e tantas outras, ficará presente o sentimento e a inquietação de que algo não está justo, de que se pode buscar outros caminhos e outras ações. E referes, com propriedade, que os direitos estão protegidos pelas leis e por quem as defende e aplica. E é aí, Amanda, que nós, os Juizes, assim como outros agentes do Direito, no exercício da magistratura, atuamos, para reconhecer e fazer valer os direitos para que se alcance a Justiça. Nem sempre é fácil ou rápido ou completo, mas sempre há o trabalho, o estudo e a sensibilidade para o bom resultado.

Segue assim, inserida no teu tempo, atenta ao teu redor e buscando a dignidade da vida, tua e dos que estão ao teu redor. Quanto mais conheceres as pessoas, a tua comunidade, próxima e nem tanto, mais estarás preparada para a luta da vida na busca de direitos e Justiça.

Ah, e quero te dizer que também toda minha escolaridade foi pública e fiquei orgulhosa de ter esta identidade contigo.

Outro abraço!

Helena Ruppenthal Cunha

Desembargadora aposentada

Vice-Presidente de Aposentados da Ajuris

Antoni Ortolan

Tenente Portela – RS

Escola Estadual de Ensino Médio Sepé Tiaraju

3º ano

1	Justiça no dia a dia
2	A série "Bom dia, Verônica", disponível pelo provedora de entretenimento
3	Netflix, aborda a história de Verônica Torres, uma ex-crise de Delegacia
4	de Homicídios que, após presenciar um suicídio, passa a usar sua ha-
5	bilidade investigativa para ajudar mulheres desacompanhadas. Com consciência
6	com o obra, está a contemporaneidade brasileira, no que diz respeito aos desafios
7	para as pessoas obterem justiça em sua vida, seja pela desigualdade so-
8	cial, como também pela violência urbana. Nesse modo, o fim de que esse
9	gênero intrane seja sanado, é imperioso analisar os fatos supramencionados.
10	Diante desse cenário, é lícito destacar que a ausência de igualdade no so-
11	cialidade é o principal fator que dificulta o acesso igualitário à justiça.
12	Com efeito, o Artigo 5º da Constituição Federal prevê que "Todas são iguais
13	perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", o que não vem sendo
14	cumprido, haja vista os grandes índices de desproporção financeira entre
15	a população, que intensifica os casos de violência. Nesse viés, é inadmis-
16	sível que um país cobrador de altas taxas de impostos, não garanta o direi-
17	to à igualdade, o qual é previsto pela lei, por meio da destinação de recur-
18	ses à população.
19	Ademais, vale pontuar que a agressividade nos grandes centros urbanos in-
20	terfere para o bem-estar físico e mental de indivíduos. Nesse sentido,
21	segundo a filósofa política alemã Hannah Arendt "Quando uma atitude
22	agressiva ocorre constantemente, as pessoas param de vê-lo como errado", como é
23	o caso das pessoas que moram em periferias e que sofrem variados tipos de
24	violência. Nesse forma, percebe-se que as pessoas com melhores condições finan-
25	ceiras desfrutam de uma maior proteção e sua integridade física.
26	Portanto, diante das problemáticas expostas, urge a necessidade de reverter
27	o contexto atual desse âmbito, sobe ao Poder Executivo - órgão responsável
28	por administrar os interesses públicos - viabilizar uma melhor distribuição de
29	renda, por meio de projetos assistenciais, o fim de possibilitar um maior po-
30	der aquisitivo à população e, distanciar-la, assim, da injustiça.

Olá, Antoni!

Gostei muito da redação que escreveste! Fizeste diversas reflexões a respeito das desigualdades sociais, da violência urbana, e do quanto elas impactam, negativamente, na efetividade da justiça. Preocupado com esse cenário e ciente do teu compromisso com a justiça social, apresentaste caminhos para a construção de ações em busca da redução dessas desigualdades e, enfim, da concretização do bem comum.

Fico feliz que tenhas a compreensão da nossa realidade social e, de outra parte, da importância da criação de políticas públicas para efetivar os mandamentos constitucionais. Liberdade, igualdade, dignidade da pessoa humana, são alguns princípios inscritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que, por sua vez, inspirou, no Brasil, a Carta Magna de 1988. Longo caminho percorrido. Importantes conquistas. Alguns avanços, outros retrocessos. Há muito ainda a percorrer e a conquistar. Mas assim é a trajetória dos direitos humanos. Não podemos descansar, a luta é diária. Que bom que vivemos em um estado democrático de direito e que, enquanto cidadãos, podemos escolher nossos representantes, e exigir o cumprimento das leis do nosso país, assim como a criação das políticas públicas para dar conta de tanta desigualdade e indiferença. Também somos responsáveis pela mudança pretendida que nos aproxime, que nos mantenha livres, sem violência, com justiça e paz no mundo.

Desejo que tenhas uma linda trajetória de vida!

Avante!

Um afetuoso abraço da Madgéli

Madgéli Frantz Machado

Juíza de Direito titular do 1º Juizado de Violência Doméstica de Porto Alegre

Diretora do Departamento Cultural da AJURIS

Bianca Ferreira de Souza

Canoas - RS

Escola Estadual de Ensino Médio Guarani

3º ano

1	Justiça por toda parte
2	O filme "Exercícios da Diligência" retrata a realidade
3	de uma turma desfavorecida socialmente e que não possui in-
4	teresses para continuar os estudos. A realidade muda quando
5	uma professora encontra potencial nos alunos e os desce opois.
6	Essa capacidade de indignação com uma situação injusta é homo-
7	da de senso de justiça.
8	Sabe-se que, este fator que o sentimento de justiça faz
9	parte da moral humana. Apesar dessa lógica, Martin Luther
10	King, ativista político, diz que a injustiça em qualquer lugar
11	é uma ameaça à justiça por toda sua parte. Deste modo, a
12	justiça torna-se além de um meio para chegar ao equilíbrio,
13	torna-se também a habilidade de exercer equanimidade nas
14	relações humanas.
15	Entretanto, isto não significa que este valor moral está
16	sendo plenamente praticado, de tal forma que, percebe-se a
17	ação do egoísmo em situações cotidianas. Na obra "Moder-
18	niidade Líquida", Zygmunt Bauman defende que a pós-moderni-
19	dade é influenciada pelo individualismo. Portanto, o contra-
20	posto da justiça é a falta de pensamento altruísta, que
21	por consequência gera indivíduos que preocupam-se apenas com
22	o próprio benefício.
23	Nesse sentido, é necessário estimular a justiça pra-
24	tuada em pequenos atos. Este pode ser feito pelas escolas
25	com o objetivo de conscientizar os alunos sobre a par-
26	te de palestras didáticas com o intuito de incentivar a
27	equidade. Assim, será possível aplicar esses valores e construir
28	a justiça por toda parte.
29	
30	

Prezada Bianca:

Gostei muito da tua reflexão.

Efetivamente, um dos maiores problemas da humanidade nos dias de hoje, até por conta dessa massificação das mídias eletrônicas, é o que tu chamas de egocentrismo, e eu chamo de falta de solidariedade.

O homo sapiens, que atualmente domina o nosso planeta, deve ter aparecido há uns trezentos mil anos atrás, não era a espécie mais forte, era uma das que mais demorava a independizar sua prole, seu formato corporal nunca não foi moldado para as mais diversas espécies de clima, mas mesmo tomou conta do planeta.

E por qual razão?

Claro que a possibilidade de pensarmos abstratamente criou essa possibilidade, mas o sentimento de *solidariedade* entre os humanos foi parte indissociável dessa situação.

Os humanos compartilharam comida, viveram em pequenos grupos, uns auxiliando os outros, inclusive cuidando das crianças.

Também compartilharam conhecimentos, fazendo com que a evolução humana viabilizasse toda sorte de progressos.

Também é verdade que o homo sapiens faz barbaridades (guerras, genocídios, etc), mas isso não impediu o desenvolvimento humano, que também é repleto de coisas positivas.

E exatamente para evitar esse egocentrismo, que moldamos, em todas as partes do mundo (das mais variadas formas), o sistema de *justiça*, cujo sentimento, justiça, também é inerente ao ser humano.

No Brasil o Poder Judiciário é um dos mais atuantes do mundo, e mesmo enfrentando problemas de uma sociedade muito desigual, tem contribuído para que muitas injustiças deixem de ser realizadas.

É assim na área dos direitos humanos, na área da saúde, na área criminal.

Sugiro que procure na internet os vencedores do Prêmio Innovare, que mostra práticas maravilhosas construídas dentro do sistema de justiça.

Eu mesmo em 2006 ganhei uma menção honrosa, pela criação do Projeto Depoimento Sem Dano, que garante às crianças e adolescentes uma recepção mais acolhedora dentro do sistema de justiça, quando elas precisam prestar depoimentos como vítimas e testemunhas.

Essa prática, mais tarde, em 2017, transformou-se na Lei nº 13.431.

A crítica é sempre bem-vinda, mas sendo só uma crítica, não tem poder de transformação.

Temos que ser propositivos, para vivermos todos juntos, mesmo que pensando de forma diversa, e a *solidariedade*, a meu ver, é o sentimento que mais poder de transformação possui.

Continua trabalhando para uma sociedade mais igual, e que a justiça seja uma fonte dessas tuas ações.

Como disse Martin Luther King, citado por ti, “a injustiça em qualquer lugar, é uma ameaça à justiça por toda parte”.

José Antônio Daltoé Cezar

Desembargador do TJ/RS

Fernando Antônio Salvatico

Vicente Dutra – RS

Escola Estadual de Educação Básica 14 de Maio

3º ano

1	Onde está a justiça no Cotidiano?
2	Segundo Osmar Sincato, "o dia em que as
3	leis forem desempenhadas por pessoas honestas, a
4	justiça será feita". Através desta afirmação, pode-se
5	concluir que possivelmente, muita injustiça acontece
6	por razão da falta de honestidade de quem está
7	no poder.
8	É notável que muitos indivíduos sofrem injustiças
9	devido ao Estado falho. Exemplo, a Constituição Brasilei-
10	ra assegura que todo cidadão tenha direito à moradia
11	decente, mas sabe-se que na prática isso está muito dis-
12	tante de acontecer. Enquanto isso, uma pequena parcela
13	da população, que representa a elite brasileira, ostenta
14	um alto padrão de vida, pois, segundo estudo rea-
15	lizado pela Oxfam Brasil, cinco brasileiros têm riqueza
16	equivalente à metade da população mais pobre.
17	Nota-se também grande injustiça quando percebe-se
18	que 33 milhões de brasileiros passam fome, enquanto
19	o Estado disponibilizou 4,9 bilhões de reais em fundo
20	eleitoral para as eleições de 2022, dinheiro este, atra-
21	ído através dos impostos pagos pela população.
22	Conclui-se que grande parte das injustiças
23	somente serão resolvidas quando o poder público
24	for representado por pessoas que, de fato sejam
25	honestas e transparentes, e além disso não pensem
26	somente em seus interesses, e sim no bem
27	estar social da população em geral, priorizi-
28	gando os mais vulneráveis.
29	
30	

Querido Fernando,

Ao ler a sua redação, o primeiro pensamento que me veio à mente foi: concordo contigo, pois, de fato e infelizmente, muitas injustiças acontecem por falta de honestidade de quem está no poder. Como bem disseste, justiça, meu jovem, não combina com desonestidade. E nunca combinará!

A ligação entre justiça com “o que é correto” há muito é discutida. Eu diria que desde a Grécia Antiga, no pensamento dos grandes filósofos e mestres Sócrates, Platão e Aristóteles. Para eles, justiça seria também uma virtude e, como tal, uma qualidade do ser humano. E daí nasceram conceitos como “ética” e “moral”, frutos de intensas reflexões sobre as regras de convívio social.

É verdade também, Fernando, que as leis deveriam ser elaboradas por pessoas honestas, justas, que verdadeiramente pensassem no bem de todos, e não em seus interesses próprios ou de certos grupos. Tanto é que, não raras as vezes, temos a sensação de que determinada lei é injusta, talvez porque seus autores não tenham seguido essa regra tão básica.

E assim, da mesma forma que os grandes pensadores, percebemos justiça não é necessariamente sinônimo de lei ou do próprio Direito. Sobre a questão, já aconselhava o advogado e professor uruguaio Eduardo Juan Couture Etcheverry aos jovens juristas: “Teu dever é lutar pelo Direito, mas se um dia encontrares o Direito em conflito com a Justiça, luta pela Justiça”.

Seguindo a leitura da sua redação, caro Fernando, igualmente acredito nem sempre as leis que julgamos serem justas são cumpridas pelo Estado, embora estejam ali, na Constituição, nos Códigos, nos livros, nas páginas da internet... É só olharmos para o lado, ou ligarmos a TV, para percebermos a miséria, a fome, a falta de moradia, de educação, de emprego e de oportunidades que nos rodeiam, isso tudo num mundo com tantas riquezas disponíveis, porém tão mal distribuídas, o que, da mesma forma, nos conduz a uma sensação de injustiça.

Sim, a justiça também é um sentimento. Já lecionava o célebre jurista italiano Francesco Carnelutti. E não erra quem afirma que, diante de uma flagrante injustiça, compartilhamos de um mesmo desejo: de que o prejudicado seja devidamente recompensado; e de que haja a devida retribuição ao apontado ofensor. Digo devida, pois, em muitos casos, justiça é confundida com vingança e, dessa forma, pende à desproporcionalidade, momento em que a busca pelo reequilíbrio dá lugar a um novo desequilíbrio. Ensinava o psicoterapeuta e filósofo alemão Bert Hellinger que, [...] “ao nos vingarmos, ultrapassamos a necessidade de compensação e justiça e causamos mais sofrimento e dado ao outro do que ele nos causou. Mas ele também quer vingança e assim o conflito entre nós nunca tem fim” (HELLINGER, 2017, p. 188).

Com todas essas reflexões, permite-me, jovem Fernando, uns conselhos de alguém que vive a justiça diariamente e que tem um pouco mais de tempo de vida que você: continue sendo esse jovem preocupado com as questões sociais e com as injustiças que apontaste em seu texto. Continue acreditando em um mundo melhor, com representantes mais honestos e transparentes, que realmente trabalhem para todos, com especial atenção aos mais vulneráveis. Estude, trabalhe, lute e vote! E não apenas vote: acompanhe seus representantes eleitos, cobrando deles as promessas de campanha quando não cumpridas. Ao mesmo tempo, nunca perca a esperança e o brilho no olhar, ainda que diante das injustiças que vieram a cruzar o seu caminho. Por fim, lembre-se: um mundo melhor depende de mim, de você, de nós! Para torná-lo realidade, não precisamos ser heróis, ministros ou juízes. Podemos começar pelas pequenas coisas, desde o convívio com a nossa família até com o respeito aos colegas da escola, do trabalho... Felicidades, Fernando. Parabéns e sucesso no seu caminho!

Enzo Carlo di Gesu

Juiz de Direito da Vara Criminal de Farroupilha.

Giovana Salete Memlak

Caiçara – RS

Escola Estadual de Ensino Médio 20 de Setembro

2º ano

1	Justiça e injustiça: sua presença na sociedade
2	Desde seu surgimento na Grécia Antiga, a justiça tem sido de indispensável importam-
3	cia para a convivência em sociedade, tendo em vista que esta precisa de normas para man-
4	ter a paz e a igualdade entre indivíduos de diferentes grupos. Atualmente, é possível observar
5	situações de justiça no dia a dia dos pessoas considerando sua presença em períodos locais.
6	No entanto, a injustiça também se faz presente na vida cotidiana dos indivíduos, ameaçando a
7	convivência pacífica dos seres humanos.
8	Nesse contexto, vale ressaltar que a justiça pode estar inserida de diferentes formas na vida de
9	cada um nacional. Com muitos casos a própria família ensina valores e atitudes justas para o
10	filho, desde sua infância, seja por meio de correções em caso de erros relacionados a outros
11	ou por ter criada uma regra criada e estabelecida pela própria instituição familiar. Já
12	na escola, esse indivíduo aprende que uma recompensa para o seu esforço nos estudos é a
13	sua média de bônus escolar. Além disso, convive com pessoas, que possuem opiniões, pensamentos
14	e valores distintos, favorecendo o entendimento de que embora haja diferenças, perante a
15	lei não todos iguais com os mesmos direitos e deveres. Por fim, outra forma de justiça que
16	pode ser identificada na sociedade, é a eleitoral, sendo que através dessa, a população tem o
17	direito de escolher representantes que melhor defendam seus direitos, interesses e ideias.
18	Ademais, é importante destacar que a falta de justiça causa diversos efeitos negativos na
19	convivência. Segundo o ativista norte-americano, Martin Luther King, "A injustiça num lu-
20	gar qualquer, ameaça a justiça em todo o lugar". Isso significa que uma ação injusta po-
21	de acarretar graves impactos sociais a população. Uma das situações de injustiças que pode
22	ser observada no cotidiano, é o mau atendimento por parte dos funcionários com base na situa-
23	ção econômica do cliente, ocasionando neste certo constrangimento. Outra forma de injustiça mui-
24	to comum, ocorre quando um aluno que não estudou para uma prova, cola daquele que dedicou
25	seu tempo aos estudos fazendo com que este último se sinta desvalorizado.
26	Diante disso, percebe-se que a justiça não está apenas sentida no Poder Judiciário, podendo
27	ser exercitada e vista em diversificadas locais e estabelecimentos. Dessa forma, é de indispen-
28	sável importância que as escolas, bem como as familiares promovam uma educação infantil at-
29	tada a temas relacionados a igualdade e justiça, para que quando adultos, as crianças sejam
30	pessoas conscientes de seus atos e conseqüências reduzindo futuras situações de injustiças.

A redação intitulada Justiça e injustiça: sua presença na sociedade, da aluna **Giovana Salete Memlak** me impactou profundamente. Ao longo do texto a autora retoma algo que inquieta a todos os operadores do direito: a vida em sociedade. Discute-se o tema desde a antiguidade longínqua até os dias atuais. A perspectiva trazida por Giovana, de paz e igualdade é, além de um desejo universal, uma fonte de profunda inspiração para atos de coragem que somos incentivados a tomar a cada dia.

Existem aqueles que acreditam que, modernamente, as catástrofes, de toda e qualquer natureza, são capazes de aflorar o que há de melhor em nós. Normalmente, nas adversidades, percebemos um movimento de cooperação espontâneo. Se pensarmos no Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, em tempos de chuvas abundantes e rios transbordantes, não são raras as cenas de pessoas ajudando-se mutuamente e de doações aportando a abrigos improvisados onde amontoam-se sobreviventes da tragédia. Com certa frequência, testemunhamos a união de indivíduos que se reúnem para reconstruir imóveis que foram destruídos, telhados que voaram com os ventos e transportar pertences que guardam as marcas do desastre. Mas, creio eu, o senso de irmandade não pode ser relegado a situações extremas, experienciadas esporadicamente como hiatos da nossa existência.

E o texto faz referência justamente ao imenso valor da equidade que impera entre aqueles que primam por uma vida satisfatoriamente justa no dia a dia, nas atividades do cotidiano, sejam elas no âmbito doméstico ou público. Giovana destaca que, enquanto seres sociais, estamos em constante aprendizagem e interação. Aprendemos valores, atitudes e princípios, desde a mais tenra idade, em especial na família, nos relacionamentos interpessoais, na escola e no ambiente de trabalho.

Enquanto seres únicos, singulares, sujeitos de direitos, desejamos amar e sermos amados, independentemente da nossa cor, condições social, gênero ou nível cultural. E Giovana nos dá uma pista para enfrentar situações extremamente complexas como o racismo estrutural, o discurso de ódio e a misoginia demonstrando que os tempos vindouros são de esperar. Segundo ela, é a partir da educação que as possibilidades de vivermos em harmonia, paz e igualdade, se tornam maiores.

Somente a educação, para a autora, será capaz de fazer com que superemos as injustiças econômicas e culturais imbricadas na sociedade, contra as quais, heroicamente lutamos no nosso cotidiano. Esta luta, que por vezes pode parecer solitária e anônima, é capaz de impactar, de forma transgeracional, muitas pessoas, e contribuir para que as injustiças sejam diuturnamente combatidas. Reconhecer que os agentes desta transformação estão muito próximos a nós e que o que há de melhor pode aflorar no nosso dia a dia, e não apenas nas catástrofes, é a grande lição que extraio do texto de Giovana, e que me tocou profundamente.

Vejo, no meu dia a dia, assim como Giovana, situações em que a dignidade do ser humano é afrontada. Em uma sociedade que se apresenta globalizada, situações de objetificação das mulheres, por exemplo, são escancaradas na grande mídia, nas redes sociais e nas piadinhas contadas em círculos de amigos, nem sempre à boca pequena. Geram, no meu ponto de vista, uma diversão perversa, que reforça a cultura do estupro. E não vejo lugar melhor para questionar esse comportamento que a Escola. Percebo que grande parte das mudanças sociais que experienciamos hoje partem das reflexões propostas pelas muitas professoras e professores que se dedicam diuturnamente em lançar luzes ao pensamento hegemônico, que valorizam a pluralidade de saberes, que incentivam seus alunos a buscarem o que há de melhor neles, que não medem esforços em honrar o compromisso que todos temos com as gerações futuras – o de contribuir para um mundo mais justo, mas harmônico e mais igualitário.

À Giovana deixo registrada a minha admiração. É muito gratificante ler um texto que, de forma leve e consciente aponta para as micro e macro injustiças a que estamos todos sujeitos, mas que também, de forma otimista, encontra maneiras de eficazmente combatê-las. A nenhum de nós é dado o direito de se conformar com a desigualdade, com a violência, com as mazelas que assombram nossos corações, corpos e almas. Parafraseando a música “História para ninar gente grande”, precisamos revisar a história oficial, nos reencontrar na luta. Precisamos ouvir as histórias da Giovana e também das Marias, Joãos e Josés, dos nossos heróis anônimos, que por vezes não ocupam as narrativas oficiais e não tem seu valor devidamente reconhecido. Se me fosse permitido dar-te um conselho, diria: Giovana, sigas escrevendo, sigas registrado as tuas inquietações e percepções sobre a vida e a justiça. Sigas olhando para os problemas, mas também para as soluções. Reconhece as tuas necessidades e valoriza a tua singularidade. Investe nos teus sonhos! Tens um mundo de oportunidades seguindo o caminho da justiça!

Josiane Caleffi Estivalet

*Juíza de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Diretora do Departamento Cultural da AJURIS.*

Isabela Marcon

Encantado - RS

Instituto Estadual de Educação Monsenhor Scalabrini

1º ano

1	Justiça: um passo para a equidade
2	O conceito de justiça na minha vida parte da visão do importante filósofo político John Rawls
3	o qual se destaca no século XX, com sua obra: "Teoria da Justiça". Para o autor, a justiça se dá no
4	princípio da equidade de direitos e deveres. No entanto, essa idealização não se parcelou, muitas
5	vezes na sociedade brasileira, em que os direitos dos cidadãos não são priorizados.
6	Nesse sentido, convém lembrar que o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos
7	afirma que: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos". Todavia,
8	a realidade é outra. Um fato que comprova isso é a violência nas escolas públicas, pelas
9	quais passa, em que não há estrutura física que forneça real acesso às pessoas com
10	deficiência, seja visual, física ou auditiva.
11	Um exemplo dessa falta de equidade é o caso de um pai de uma menina que precisa usar
12	região para ir à escola para chegar à sala de aula. Essa garota também fica na sala durante
13	a recreio e durante a educação física, em razão da dificuldade de locomoção. Essa injustiça
14	me toca, já que representa a negligência para com o direito à equidade de acesso à forma-
15	ção integral.
16	Outro exemplo de injustiça que já vivenciei foi dentro de casa. Uma situação em que a
17	Previdência Social não garante o salário mínimo ao meu tio por invalidez, mesmo ele sendo
18	do deficiente físico. Na visão da lei, essa conduta é justa considerando o núcleo familiar. Em-
19	tretanto, para a família que precisa arcar com os custos de saúde e assistência da pessoa
20	deficiente, não conceder esse direito ao meu tio foi injusto. Isso mostra que a justiça tam-
21	bém está do ponto de vista de cada um.
22	Portanto, compreendo que a justiça é uma visão idealizada, em que todos também se aca-
23	na aos direitos básicos e deveres compatíveis com seu papel na cidadania. Justamente
24	por ser um ideal, ela deve ser mais reconhecida e valorizada pelos poderes governamentais
25	e pela população, para que possa ser concretizada em medidas que promovam a
26	equidade planejada por John Rawls.
27	
28	
29	
30	

Justiça às pessoas com deficiência

Dizemos reiteradamente que vemos, escutam ou verbalizamos injustiças. Mas o que dizer àqueles que, por conta de alguma deficiência, não podem ou têm dificuldade em ver, ouvir ou falar acerca das injustiças que sofrem? Foi pensando nessas pessoas que a estudante **Isabela Marcon**, da cidade de Encantado, trouxe uma precisa e importante reflexão sobre o que é Justiça. E mais: apontou que, independente de serem vistas, escutadas ou verbalizadas, injustiças, antes de tudo, são sentidas.

A pauta dos direitos das pessoas com deficiência sempre esteve em voga, em especial após a Constituição Federal de 1988, que instituiu, a dignidade da pessoa humana como um de seus princípios fundamentais e estabeleceu, como objetivo da República, a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação, visando maximizar o direito à igualdade. Embora diversas tenham sido as ações do Poder Executivo, leis esparsas do Poder Legislativo e decisões do Poder Judiciário, a grande guinada sobre o tema ocorreu no ano de 2009, quando o Brasil ratificou e promulgou a Convenção Internacional de Nova York sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assim como seu Protocolo Facultativo (Decreto nº 6.949/2009). Aprovado em forma específica disciplinada na Constituição Federal e por versar sobre direitos humanos, os direitos previstos na referida convenção detêm o status de direitos fundamentais, sendo o primeiro tratado internacional aprovado desta forma.

Na esteira da Convenção de Nova York, foi promulgado, no ano de 2015, o Estatuto das Pessoas com Deficiência, hoje a principal lei a respeito dos direitos dessa parcela da população. Reforçando as diretrizes do tratado internacional, o Estatuto traz conceitos relevantes, como acessibilidade, tecnologia assistiva, mobilidade reduzida e barreiras, dispõe especificidades para concretizar direitos diversos, como saúde, educação e trabalho, além de criminalizar condutas que afrontem tais direitos, como praticar, induzir ou incitar a discriminação, abandonar pessoas com deficiência em casas de saúde e de abrigamento, e apropriar-se ou desviar bens e valores destes protegidos.

Todavia, como muito bem salientou a estudante Isabela em sua redação, mesmo com tantas leis versando sobre a igualdade, há um longo caminho a ser percorrido e, infelizmente, nos deparamos com situações injustas dia após dia: o pai que precisa carregar a filha, que tem dificuldade de locomoção, no colo para ir à aula, dada a falta de rampa de acesso na escola; as instalações inadequadas e sem acessibilidade, inclusive nos prédios públicos; benefícios previdenciários e assistenciais que são negados mesmo quando a vulnerabilidade e a deficiência são aparentes, dentre outras. Não é à toa que, reiteradamente, cidadãos batem às portas de escritórios de advocacia, da Defensoria Pública e do Ministério Público na busca pelo socorro de seus direitos. Consequentemente, o Poder Judiciário é instado cada vez mais a se manifestar e, por isso, precisa estar atento e ser célere em suas decisões.

O combate às injustiças, seja contra pessoas com deficiência ou contra qualquer outro indivíduo, não se dá apenas com a edição de leis, por mais modernas que elas sejam: ocorre com ações efetivas, tanto do poder público quanto da própria sociedade. Mais do que barreiras físicas, a concretização dos direitos das pessoas com deficiência precisa ultrapassar barreiras culturais, sociais e econômicas. Uma sociedade desigual não é uma sociedade justa.

Diego Carvalho Locatelli

Juiz de Direito do Juizado Regional da Infância e Juventude de Caxias do Sul/RS

Diretor do Departamento Cultural da AJURIS.

João Gabriel Weber Machado

Novo Hamburgo – RS

Colégio Estadual Vila Becker

3º ano

1	Justiça social: uma questão de consciência
2	A Constituição Federal de 1988 diz que todos os brasileiros são iguais "sem distinções de
3	qualquer natureza". Nesse sentido, pode-se dizer que o direito à justiça-fundamental
4	em um Estado Democrático-dar-se-á através da efetivação do que diz a Carta Magna
5	e as leis da República. Entretanto, ao contrário do que se acredita, não manifesta-se
6	nomente por meio das vias processuais, mas também, no combate ao preconceito social frequen-
7	te na sociedade brasileira e na promoção da ética como filosofia de vida.
8	Sobre esse viés, convém destacar que os casos de preconceito social-marcados pelo des-
9	respeito às pessoas de diferentes gêneros, orientação sexual, cor ou situação financeira-es-
10	pecialmente no dia-a-dia, nem sempre chegam às conclusões das autoridades competentes,
11	deixando evidente a necessidade de que a justiça comece nas atitudes de cada cidadão.
12	A escritora Carolina Maria de Jesus, em sua obra "Quarto de Despejo", revela muito bem o
13	contexto destacado: residente de uma periferia em São Paulo, teve que criar seus filhos
14	sob a ótica da pobreza e fome, enquanto a alta classe e as instituições públicas omitiam-
15	se perante a essa realidade, muitos vezes, como descreve na obra literária, sendo as
16	próprias instituições responsáveis pela promoção do preconceito.
17	Diante disso, segundo o filósofo Arthur Schopenhauer, os limites do campo de visão
18	de uma pessoa determinam o seu conhecimento sobre o mundo. Concomitante a esse pensamento,
19	uma sociedade que se acostuma e fica calada ao deparar-se com a injustiça, tende a
20	empobrecer o mundo de forma violenta. Aqui, vale resgatar o significado do conceito de
21	democracia que surgiu na Antiguidade Clássica, em Atenas, onde havia um espaço
22	coletivo de discussão voltado aos cidadãos: a Ágora. Nesse espaço, discutia-se o
23	destino do país e servia de tribunal para a tomada de decisões sobre assuntos diver-
24	ses; aplicando a ideia à perspectiva atual da conjuntura social brasileira, e, ar-
25	sim como fez Carolina Maria de Jesus, dev-se conscientizar de que o silêncio,
26	em situações de preconceito, não pode ser opção, necessita-se debetê-lo.
27	Portanto, inevitavelmente, a justiça surge-se no confronto do preconceito, da
28	violência ou da desigualdade. E sua demonstração prática encontra-se no debate
29	e discussões de situações controversas que ocorrem no cotidiano, utilizando-se do
30	respeito mútuo e da ética ao fazê-lo. Assim, assegurar-se-á o que obreiga a Constituição.

Para João Gabriel:

Inicialmente, gostaria de parabenizá-lo pelo excelente texto, que traz considerações muito importantes para a análise do ideal de justiça. A redação é coesa, bem fundamentada e propícia às reflexões acerca do tema.

Sua ponderação acerca da necessidade de combate a todo tipo de preconceito, seja racial, social, religioso ou de gênero, é essencial para a efetivação do princípio da igualdade, previsto no art. 5º da Constituição Federal de 1988, visto que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

Nessa toada, a lei se coloca como instrumento de reequilíbrio social, pois, diante da existência de determinada desigualdade que se demonstre excessiva, impõe outra desigualdade compensatória. Exemplo disso no âmbito do Poder Judiciário foi o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade de leis que preveem ações afirmativas, que são políticas sociais de combate a discriminações, tais como a utilização do sistema de reserva de vagas por critério étnico-racial e a Lei Maria da Penha, que coíbe a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Outra ponderação imprescindível vem da frase do filósofo Schopenhauer mencionada na redação: “os limites do campo de visão de uma pessoa determinam o seu conhecimento sobre o mundo”, que reverbera na atuação do juiz. É preciso que o julgador amplie seus horizontes para que seu entendimento de mundo não seja limitado às suas próprias experiências.

Extraí-se, também, a partir do texto, um dos papéis do juiz: atentar-se às vulnerabilidades existentes dentro do processo para possibilitar a verdadeira promoção da justiça, em atenção ao princípio da igualdade, uma vez que indispensável uma distribuição mais justa de bens sociais. Como exemplo, na Justiça da Infância e Juventude, verificada a existência de vulnerabilidades que ocasionem em omissão dos pais em relação à criança, é possível encaminhá-los a programas de auxílio e orientação ou incluí-los em serviços comunitários de proteção.

Percebe-se, assim, que suas considerações sobre a interligação entre o direito à igualdade e a efetivação da justiça denotam um olhar sensível e necessário ao debate público e acadêmico para redução de preconceitos. A superação das discriminações ainda presentes na sociedade brasileira é primordial para que seja possível alcançar a justiça social. Sua consciência em relação à relevância do tema evidencia empatia e respeito ao próximo, valores tão caros em tempos atuais.

Registro, por fim, novamente, os cumprimentos pelo texto, digno de muitas reflexões, e a importância do hábito da leitura para aquisição de conhecimento, uma das grandes armas para o diálogo sobre o combate às desigualdades.

Carolinne Vahia Concy

Juíza de Direito do Juizado da Infância e Juventude de Caxias do Sul

Josué dos Santos Farias

Passo Fundo – RS

NUCL EJA E CP Julieta Villamil Balestro

E.M.

1	Heróis existem! A justiça não é cega.
2	No que concerne ao conceito de justiça em minha vida, pode-se
3	dizer que é um assunto não só individual, mas que também envolve
4	a família e a comunidade. Visto que na minha infância, a justiça
5	estava representada nos heróis que atuavam em filmes e histórias
6	em quadrinhos salvando e ajudando aos mais necessitados e
7	punindo vilões, que em muitas oportunidades, deixavam a vida
8	de criminosos, voltando a conviver e se tornando úteis nova-
9	mente à sociedade.
10	Hoje, adulto, estando encarcerado, ainda continuo acreditando
11	em heróis. Tenho ciência de que meu erro individual teve de
12	ser punido pela justiça. Sendo preso aprendi que ser justo é
13	ser correto.
14	Dados apontam que é necessário investir em educação. Que
15	um jovem estudando sai mais barato para o estado do que um
16	jovem/adulto preso. Educação é o caminho! Justiça é o caminho!
17	Sabe-se que o tripé que forma o sistema judiciário (juizes,
18	promotores e advogados) estão diariamente fazendo valer a
19	verdadeiro conceito de justiça. A lei pune, mas também bene-
20	ficia o outrora cidadão de bem (agora detento), a usufruir
21	de um conjunto de projetos que poderá diminuir sua
22	pena através das remissões e, além disso, o capacitará
23	culturalmente, profissionalmente e socialmente através
24	do estudo e cursos profissionalizantes.
25	É de grande valia a criação de novas medidas
26	públicas na área da justiça, pois o preso terá novas
27	a oportunidade de mudança, isto é, se tornará o perso-
28	nagem principal no teatro de sua nova história
29	de vida.
30	

Lendo a redação intitulada “Heróis Existem! A Justiça não é cega”, chamou-me a atenção pelas relevantes reflexões apresentadas pelo autor.

A primeira, quando abordou o conceito de justiça, referindo que não seria um assunto individual, mas, também, relacionado à Família e à Comunidade. Realmente, a Justiça engloba a coletividade, e pode ser abordada sobre diferentes enfoques, dependendo do contexto de vida de cada um, sendo que um dos fatores principais são as oportunidades que deveriam aparecer para todos, mesmo quando cometidos equívocos.

Um dos desafios da sociedade, especialmente, no mundo atual, para a Justiça surgir na vida de todos é garantir o acesso as políticas básicas de subsistência (alimentação, saúde e segurança), e, especialmente, de educação, lazer e cultura, pois, desta forma, as Famílias de classes sociais menos favorecidas terão melhores condições de evoluírem dignamente, e, em condições menos desiguais, tanto para o ingresso e participação no mercado de trabalho, quanto na independência socioeconômica familiar, o que refletirá no bem estar social desta, e, por consequência, da própria sociedade como um todo.

Outro ponto que chamou a atenção na redação está relacionado ao fato de o autor ter pontuado que uma das formas de ser justo é ser correto. Às vezes, o erro individual, dependerá de outrem, e, em certos casos, de Instituições ou Poderes, para ser reparado e/ou gerar reflexão e desenvolvimento de senso crítico de quem cometeu o equívoco.

De qualquer sorte, a evolução, em grande parte, passa pela educação, que aumenta e aprimora, não apenas valores e conceitos, mas, auxilia para o crescimento pessoal e preparação para novas oportunidades de vida e o próprio desenvolvimento do sendo crítico, ou seja, até mesmo na hora de pensar se está certo ou errado certa conduta. Na verdade, como destacado pelo autor, “Justiça é o caminho!”, porém, quando ocorrer um ato equivocados, e, necessitar a aplicação do sistema de justiça, a Educação (formal, noções de cidadania, cursos profissionalizantes, e cultura), novamente, devem ser elevadas como prioridade absoluta, o que, por certo, contribuirá para a concretização da justiça, ou, até mesmo, para suprir eventual omissão que possa ter ocorrido no passado.

Por fim, cumpre destacar a oportuna reflexão do autor quanto a necessidade da “criação de novas medidas públicas na área da justiça”, pois, realmente, somente através delas que muitos cidadãos que seguiram por uma caminhada equivocada poderão mudar e/ou retornar ao caminho adequado, tornando-se, nas belas e sábias palavras do aludido autor, “o PERSONAGEM PRINCIPAL NO TEATRO DE SUA NOVA HISTÓRIA DE VIDA”.

Charles Maciel Bittencourt

Juiz de Direito da Infância e Juventude da Comarca de Porto Alegre

Josué Terra do Nascimento

Santa Vitória do Palmar – RS

Escola Estadual de Educação Básica

Manoel Vicente do Amaral

3º ano

1	Justiça na Construção Pessoal e nas Relações Comuns
2	Segundo o filósofo Platão, a justiça é um ideal que deve ser buscado como ver-
3	dade por todos que amam o conhecimento. Em contraste, na obra "Ética a Nicô-
4	maco", Aristóteles afirma que a maior das virtudes está no exercício da justiça,
5	não somente para si, mas também em relação ao próximo. Por isso, a justiça está na
6	construção, que ocorre no centro familiar e social, do caráter do indivíduo, e se apre-
7	senta nas situações pessoais do cotidiano ao direcionar para as escolhas a serem tomadas.
8	A ideia de ser justo e fazer o que é correto deve ser instituída desde a infância.
9	Dizer a verdade, não se apropriar do que é dos outros e aprender a perdoar são
10	características que remetem ao conceito do que é certo. Não só os responsáveis de-
11	vem aconselhar, como igualmente, dar o exemplo. Ademais, o Estado visa, através da
12	Constituição Federal e das leis, estabelecer como objetivo fundamental uma sociedade livre,
13	justa e solidária. Entretanto, receber esta consciência do que é reto e íntegro não signi-
14	fica que vivemos numa sociedade justa, pois ser justo é uma escolha. Em determinados
15	momentos, de negligência ao atendimento à saúde até a restrição de oportunidades
16	econômicas, experimentamos atos desrespeitosos diariamente, sendo um divisor de águas:
17	culpar o mundo por ser injusto, ou buscar ser melhor e fazer o que é bom, porque, de
18	uma forma ou de outra, acreditamos que haverá uma retribuição por isso.
19	Inclusive, nas relações humanas, os sentimentos - como raiva, alegria e tristeza -
20	costumam pautar as decisões que tomamos ao longo da vida. A justiça, então, parte
21	como uma mediadora, auxiliando, por exemplo, em como reagir diante de alguém que sen-
22	timos raiva, sem partir para a violência. Nesse caso, a justiça nos leva ao racio-
23	ínio, em ter controle sobre as emoções, pois não seria apropriado ser agressivo com
24	alguém por qualquer questão. Portanto, essa é uma das facetas da justiça que deve-
25	mos adotar em nossa vida.
26	Em suma, a justiça está tanto na formação do "eu" mediante a aprendiza-
27	gem do que é reto e justo, quanto nas atitudes orientadas por esta virtude nas
28	relacionamentos interpessoais que possuímos.
29	
30	

Josué, inicio esse texto, em que pretendo “dialogar” um pouco com você, relatando que meu pai tem o nome igual o seu. Acredito que essa informação de alguma forma gera simpatia e nos aproxima!

O teor do seu texto indica uma ânsia de ver as bases das relações sociais amplificadas pela fraternidade e igualdade e eu tenho motivos de sobra para afirmar que se for seu desejo você poderá contribuir grandemente para a construção de uma sociedade cada vez mais livre, justa e solidária e alcançar a posição social que sonhar, por meio de uma das maiores ferramentas que alguém pode utilizar: a educação!

Foi assim comigo, Josué!

Sou a primeira filha, de três filhos, de um casal humilde, mãe do lar e pai motorista, origem da qual me orgulho e honro. Fui a primeira pessoa na família a concluir um curso de nível superior, que estudou em escola pública estadual até o ensino médio.

Essa ânsia de desejar um mundo mais justo, desde os relacionamentos interpessoais como você coloca em seu texto, moldou minha conduta, desde cedo, como ser humano e foi o que me motivou a buscar um lugar onde eu pudesse contribuir um pouco mais para a construção desse lugar.

A redação produzida por você intitulada como: Justiça na Construção Pessoal e nas Relações Comuns chamou minha atenção quanto ao que se espera das pessoas no dia a dia. Afinal, todos querem viver em paz e num lugar onde as oportunidades sejam iguais, mas nem sempre estão dispostas a olhar para o lado e sair da sua zona de conforto para contribuir com esse lugar tão desejado!

Há algum tempo desenvolvo um projeto que nomeei como “O que você faz pela paz?” que busca conciliar as pessoas. Em resumo, trata-se de chamar a atenção das pessoas que litigam, para que reflitam sobre seus comportamentos, o exemplo que estão deixando para os seus, quando, por exemplo, numa relação, estão levando prejuízo para alguém, ou até mesmo potencializando uma situação que poderia ser relevada.

Isso ocorre porque muitas vezes, as pessoas tendem a não se dar conta do quanto suas ações refletem na ordem familiar e social. Costumo trazer situações simples para contextualizar essas ocorrências, ao relatar quando os pais falam aos seus filhos, que devem respeitar os mais velhos, não pegar nada de ninguém sem autorização, não “passar por cima” dos outros para alcançar seus objetivos...etc. Entretanto, variados casos apontam que esse é um exercício que precisa ser mais praticado.

Não tenho dúvida e concordo plenamente com você de que a formação de alguém ainda na infância com ensino quanto aos valores da fraternidade e da correção, baseados no respeito, tanto no âmbito familiar como escolar, são essenciais para o desenvolvimento de um ser humano que precisa se relacionar com outras pessoas e assim caminhar para a construção de uma sociedade mais pacífica e igualitária para que a violência em sentido amplo, seja reduzida e esse sentimento de que a justiça não consegue alcançar a todos também seja extirpado.

No entanto, pelas mais diversas razões, antropológicas, políticas e sociais algumas pessoas não vivem esses valores e o Estado não consegue realizar todas as garantias que lhe compete, mas nem por isso devemos desacreditar na Justiça, que é composta por pessoas que se esforçam para levá-la a quem a busca!

Sabemos que a sociedade espera que magistradas/os sejam pessoas com essa correção que você descreveu no seu texto e espero sinceramente que você acredite nisso!

Quanto ao seu trilhar, tenho a dizer que o espaço que o conhecimento ocupa é infinito, as possibilidades que ele abre nas nossas vidas são as mais diversas e o mérito das coisas que você conquistar através dele, ninguém nunca tirará de você.

Pela educação, que obtive em escola pública estadual, eu alcancei a magistratura, transformei a minha vida, a da minha família e sigo transformando a vida de muitas outras pessoas. E nessa carreira, a necessidade de atualização é constante para que se possa promover as garantias que todos necessitam, em especial, a de proporcionar um mundo mais fraterno.

Desejo que você siga optando pela educação como um instrumento revolucionário na vida de um ser humano que pode nos levar a ser melhores e maiores a cada dia.

Um abraço!

Marcela Pereira da Silva

Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Farroupilha/RS

Juliana Beatriz dos Santos – Premiada 3º lugar

Vale Verde – RS

Escola Estadual de Ensino Médio Curupaiti

3º ano

1	Injustiça: uma corrente persistente.
2	Na obra Mito da caverna, o filósofo Platão discorre sobre a transposição do pensamento ignorante do homem, cega
3	do no senso comum, que desvencilha-se das correntes da ignorância e chega a episteme ou a verdade, através
4	da razão. Modernamente, o Direito contemporâneo pode ser relacionado à alegoria de Platão, uma vez que ele apresenta um
5	ideal de justiça racional, não se fundamentando no senso comum. Sendo assim, mesmo essas opiniões não interferindo no for
6	mulação do Poder Judiciário, elas interferem na sua execução, visto que a justiça não está somente no Direito em si, mas
7	também nas ações do corpo social que possuem uma mentalidade, muitas vezes, contrária ao Poder Judiciário, gerando injustiças.
8	Sob esse viés, é icito destacar, que a base das justicas e injustiças sociais é caracterizada por pensamentos coletivos cons
9	truidos por valores dependentes da constituição moral de uma certa sociedade se desenvolve sobre um contexto injusto e
10	opressor, a tendência é que ela adote esses comportamentos também. Isso é perceptível ao analisar o período escravocrata
11	no Brasil, onde pessoas negras eram vistas como inferiores pelos colonizadores europeus e não possuíam nenhum direito (ninh
12	mental garantido. Dessa forma, a inexistência desses direitos atribuiu uma percepção de valor estereotipada no senso comum:
13	que pessoas negras são mais propensas a serem criminosas e violentas e que são intelectualmente inferiores a pessoas brancas.
14	Tais ideias preconceituosas levam a população negra à exclusão, uma vez que estas são constantemente inferiorizadas. Nesse
15	sentido, as injustiças, mesmo que fortemente presentes no século XXI, apresentam raízes intrínsecas à história brasileira.
16	Em consequência disso, a população negra enfrenta diariamente diversas situações de injustiças. O sociólogo Zygmunt
17	Bauman defende que a sociedade atual é influenciada pelo individualismo. Essa tese pode ser observada no dia a dia,
18	no que tange às injustiças vividas pelas negras. Apesar de haverem conquistas do movimento negro, como a Lei de Cotas,
19	que busca impulsionar a diversidade no contexto acadêmico, promovendo o acesso de pessoas negras nas universidades,
20	a situação de desigualdade e injustiça que esse grupo enfrenta ainda é muito grande, a citar, a diferença
21	salarial no mercado de trabalho entre pessoas brancas e negras que ocupam o mesmo cargo ou, ainda, a
22	discriminação que meninas e meninos negros enfrentam nas escolas por causa da cor da pele.
23	Portanto, a ideia de que é justo e injusto é uma construção moral que ocorre dentro de cada sociedade,
24	por isso, mesmo havendo um conjunto de leis que determinam os direitos e deveres do corpo social, práti
25	cas injustas continuam ocorrendo. Com isso, a episteme se afasta cada vez mais do homem
26	que continua preso nas correntes da ignorância, movido pelo pensamento construído em bases in
27	justas e intensificadas pela conjuntura atual, impedindo que a população brasileira alcance o
28	ideal de justiça e acabe com as desigualdades.
29	
30	

O texto da **Juliana** bem apresenta, de forma objetiva, a maneira como uma jovem do ensino médio observa a questão da justiça. Num breve apanhado que vai da filosofia clássica, com Platão, chegando a um dos relevantes filósofos da contemporaneidade, Zygmunt Baumann, o leitor é convidado a refletir sobre o tema. A noção de justiça, foca-se na questão do racismo estrutural no Brasil, dando conta de que muito é preciso que se faça a fim de superar as diferenças sociais e culturais resultantes de uma sociedade que viveu a realidade da escravidão.

Juliana, alunos e alunas participantes desse certame estão de parabéns pela dedicação, pela pesquisa e pela coragem de expor em suas redações a perspectiva pela qual observam a justiça em seus cotidianos. Ao Sicredi e à Ajuris o reconhecimento por proporcionarem, a reflexão sobre tema tão caro premiando as melhores redações e, agora, promovendo a presente publicação.

Marcia Kern

Desembargadora TJ/RS.

Diretora do Departamento Cultural da AJURIS

Onde Está você, justiça?

Onde está a justiça na minha vida? Se me fizessem essa pergunta, eu provavelmente demoraria para responder. Acredito que ela seja coadjuvante da minha história, a atriz que não tem falas, nem sequer faz parte dos créditos. A justiça na minha vida é atriz coadjuvante porque quem escolhe o que é melhor para mim e para as pessoas da minha idade, não são mais nós, não pessoas que não vivem nessa realidade, que não pensam como a gente.

Em casa, até seus 18 anos, não importa o que você pensa, fala ou sente. Você é criança/adolescente, o que sabe sobre a vida? Não sabe nem o que é melhor para si mesmo, que dirá de se opinar em outras questões. Na escola a voz dos alunos pouco importa, mesmo que este instituto tenha como dever trabalhar por nós e por essa educação, ainda assim o professor ou o diretor sabem mais sobre o que funciona dentro da sala de aula do que os próprios alunos. Na política? Onde foi se viu votar com 16 anos? São crianças, não se deve colocar o futuro do país nas mãos delas, mesmo que quem levou o país para o fundo do poço, tenham sido os adultos, donos da verdade.

A justiça é coadjuvante na minha vida, porque desde que eu nasci até meus confusos 16 anos, minha voz nunca foi ouvida. O que eu penso, o que eu quero, pouco importa, porque sempre existe um adulto que sabe mais sobre mim do que eu mesma. Não acho que somos donos da verdade no auge dos 8 ou dos 15 anos. Nem que vamos resolver todos os problemas das nossas famílias, da educação ou do nosso país, mas que nossas vozes devam ser pelo menos levadas em consideração quando a decisão é sobre algo que vai afetar a nós mesmas.

Sei que isso vai perdurar até o fim da minha vida porque sempre vai existir alguém com maior poder tomando decisões sobre uma realidade que nem sequer se afeta. Portanto, enquanto isso for uma realidade, a justiça vai continuar sendo, eternamente, coadjuvante da minha vida.

Protagonista, querida **Kássia**. A justiça, em nossas vidas, é – ou, pelo menos, deveria ser – protagonista. Nunca esqueça disso!

De início, gostaria de parabenizar você pelo lindo, instigante e reflexivo texto. *Lindo*, pois muito bem escrito, trazendo analogias do conceito de justiça com situações do nosso cotidiano – especialmente dos jovens –, demonstrando que muitas vezes a sensação de justiça pode estar distante das nossas vidas. *Instigante*, porque provoca, como todo bom texto, o leitor a pensar acerca do tema proposto. Admito que, após ler inúmeras vezes sua maravilhosa redação, passei o feriado de Páscoa remoendo diversas questões. Onde está a Justiça na vida das crianças e dos adolescentes? Será que ela, realmente, é coadjuvante? Não deveria ser protagonista? Essas perguntas, a partir da sua dissertação, ficam em nossos pensamentos. *Reflexivo*, por fim, porquanto nos faz ponderar se a sociedade, de fato, está tratando os jovens como prioridade absoluta ou se está, como você – de forma perspicaz – comparou, deixando-os como atores e atrizes sem falas, meros coadjuvantes.

Para refletirmos juntos, Kássia, importante ressaltarmos alguns preceitos e disposições do Estatuto da Criança e Adolescente, instrumento normativo que assegura direitos essenciais a todos os jovens. Ficam as indagações: será que esses direitos foram implementados no mundo real? Será que conseguimos encontrar a tão desconhecida justiça?

O Estatuto, até por uma determinação constitucional, trata a criança e o adolescente como prioridade absoluta, devendo ser efetivada a proteção integral a esses sujeitos de direitos, ou seja, possuem todos os direitos fundamentais dos adultos, sem prejuízo dos direitos e garantias específicos de pessoas em desenvolvimento.

Dentro desses direitos, estão, por óbvio, o direito à opinião e expressão, bem como participação da vida familiar, comunitária e política. Em seu texto, você abordou muito bem essa necessidade de participação efetiva na sua própria educação, família e, inclusive, caminhos políticos do nosso país. Como bem destacado, as vozes dos maiores interessados, muitas vezes, não são escutadas na elaboração e efetivação de políticas públicas.

O ECA, como já falei, deixa claro o direito das crianças e dos adolescentes de manifestarem seus pontos de vista, especialmente quando se referem a questões que os afetem. O direito de se manifestar inclui a obrigação de ser levada em consideração a opinião da criança ou adolescente, influenciando, por conseguinte, substancialmente na tomada de decisão.

Contudo, é claro que a simples disposição normativa não garante que os jovens sejam efetivamente ouvidos. Em seu texto, fica evidente o sentimento de ausência de pertencimento dos adolescentes como membros da sociedade. As crianças e os adolescentes são sujeitos de direito que devem ser ouvidos na tomada de decisão, seja do Poder Público, da família e, principalmente, do Poder Judiciário.

Assim, fica a reflexão proposta pela Kássia à sociedade com o intuito de promover a justiça de mera coadjuvante para o papel de protagonista na vida das nossas crianças e adolescentes. Como adulto e membro do Poder Judiciário, fica meu compromisso com todos os jovens de ouvir com atenção seus desejos e opiniões, a fim de garantir uma sociedade mais justa, democrática e representativa.

Fica meu convite, querida Kássia, para que, juntos, possamos garantir o papel de personagem principal da justiça na vida de todas as pessoas. Muito obrigado pelo aprendizado e por proporcionar essa importante reflexão. Espero conhecer você em breve. Mais uma vez: Parabéns!

Raphael Miller de Figueiredo,

Juiz de Direito da 2ª Vara Judicial da Comarca de São Lourenço do Sul/RS

Lethicia Jaqueline Lunkes

Guarani das Missões - RS

Escola Estadual Técnica Guaramano

3º ano

1	Justiça para todos!
2	"A injustiça em um lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo lugar", já dizia o ativista
3	político Martin Luther King. Sendo essa justiça o princípio básico que mantém a ordem social através
4	da preservação dos direitos em sua forma legal necessitamos realmente, entender que ela se faz presente
5	em nossa sociedade, nas mais diversas situações e não tão somente à beira dos tribunais. Nesse contexto e
6	se tratando do Brasil, podemos destacar dois aspectos importantes sobre esse tema: a ausência de
7	conhecimento dos direitos cabíveis aos cidadãos e a falta de justiça vivenciada, que por que dizer, por
8	milhões brasileiros.
9	É notório, para uma parcela significativa da população que vive no Brasil, a ausência de conhecimento dos direi-
10	tos cabíveis que todos os cidadãos desse país possuem, conforme garante a Constituição Federal em seu
11	Artigo 5º que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]". Por esse aspecto, essa
12	falta de informação, principalmente no que se refere aos direitos mais básicos, está ligada diretamente a con-
13	dição socioeconômica, pois dificilmente os mais pobres terão acesso a esses direitos. Nesse contexto, evidencia-se
14	um distanciamento entre a lei e a prática das mesmas, entre o ser justo e o praticar a justiça.
15	Outro aspecto que merece atenção é o que se refere a falta de justiça que está ligada a população mais carente
16	que precisa de atendimento jurídico gratuito, incluindo sobre quem tem esse direito. É sabido que no Brasil há falta de
17	Defensores Públicos em muitas Comarcas. Segundo aponta a Pesquisa Nacional da Defensoria Pública, 25% da população
18	brasileira está impedida de reivindicar seus direitos por falta desses profissionais. Essa situação distancia, ainda
19	mais, a cidadania brasileira da provisão de recursos financeiros de seu direito à justiça e mostra o quanto "o ser justo
20	distante", poderia colaborar para melhorar esse problema, através de pagamento de solidiedade e
21	cidadania por parte da população em geral.
22	Portanto, faz-se necessário a adoção de medidas que visem ampliar o conhecimento sobre a importância da
23	justiça na vida de todos os brasileiros. É preciso que se criem mecanismos capazes de informar, especialmente
24	a população mais vulnerável, sobre seus direitos e dirija que para colaborar para que ela tenha uma vida mais
25	digna e justa. As escolas e as universidades poderão ser grandes aliadas para aproximar as pessoas dos
26	seus direitos assegurados pela lei brasileira. Já ao Poder Judiciário cabe garantir os direitos individuais, coletivos
27	e sociais a todos os cidadãos que não assegurados pela lei constitucional. E a cada cidadão brasileiro, compete o
28	papel de ser justo em todas as situações vivenciadas pois, afinal, a justiça não faz parte somente dos tribunais.
29	Ela faz parte de nossa vida. A justiça é de todos, para todos.
30	

O título “Justiça para todos” anuncia o que de fato encontrei no texto muito bem desenvolvido pela aluna **Lethícia**: Preocupação absoluta com o social, atenção às demandas dos necessitados, consciência de que precisamos ir muito além da forma, perseguindo sempre a justiça substancial.

A Justiça deve servir de abrigo, de acolhimento aos que dela precisam. Os Tribunais/Foros são hospitais de almas, como muito bem descreveu o mestre Adroaldo Furtado Fabrício. Se eles não forem um espaço de escuta qualificada, de diálogo, em que a crítica e a cobrança respeitadas, civilizadas, democráticas possam transitar, como cumprir com plenitude a nossa função social e dar o contributo que nos cabe na perspectiva de transformação da realidade, de concretização dos objetivos fundamentais da República, gravados na Constituição I – construção de uma sociedade livre, justa e solidária; III – erradicação da pobreza e da marginalização, redução das desigualdades sociais; IV – promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Esses fundamentos, cada qual tocado ao longo das linhas da redação, não podem ser reduzidos a uma mera carta de intenções, à morfologia cosmética de palavras bonitas, a floreios discursivos. Ao contrário, impõem às instituições, às autoridades e aos cidadãos dar concretude a eles, materializá-los, torná-los presentes na vida real e cotidiana das pessoas.

Demonstra saber a autora da redação que vivemos em um país com extremas desigualdades e injustiça social, em que os índices de pobreza, miséria, fome, desemprego, falta de moradia e violência contra mulheres, LGBT, negros são alarmantes, sob qualquer ângulo em que vistos, inaceitáveis.

Para além disso, os territórios dos povos originários tornaram-se fonte insaciável da cobiça do agronegócio predatório e de madeireiros. Temos largas extensões de terra e o êxodo rural continua.

Temos imensas áreas plantadas e, paradoxalmente (mas não por acaso) a fome campeia. Nas cidades, prosperam condomínios de casas e edifícios, avançando sobre cinturões verdes, empurrando para longe, comprimindo a pobreza. Para o povo pobre – coisificado pela especulação imobiliária do poder econômico – sobra viver em nichos cada vez mais distantes, mais precários, dificultando acesso à saúde, à educação, ao trabalho.

Como então, nessa realidade poderia o Poder Judiciário se limitar a dizer o direito, um direito que bem sabemos não é neutro, não é puro? É muito pouco satisfazer-nos com a igualdade meramente formal.

Por isso, com outras palavras, a aluna nos desafia a fazer do direito um verdadeiro fator de transformação social, com compromisso ético e político e não um simples aparelho de manutenção das relações de poder.

Um outro ponto adequadamente trabalhado pela Lethícia diz respeito à importância da informação e da boa comunicação para que o conhecimento dos direitos de cidadania possa transitar e chegar a quem mais precisa deles.

No filme o Carteiro e o Poeta, Neruda repreende o carteiro ao saber que ele teria usado como sua uma poesia na tentativa de conquistar a mulher desejada. O carteiro, mesmo não conseguindo por um momento que fosse disfarçar a profunda admiração pelo poeta, responde ensinando a ele e a nós todos: “a poesia não é de quem a faz, é de quem precisa dela”.

Com a Justiça, pelas mãos do direito, acontece algo muito parecido. Ela deve ser alcançada a quem mais precisa delas, àqueles que nunca tiveram vez nem voz no processo histórico e civilizatório brasileiro.

Acessar a Justiça, nos lembra a redatora, exige que precedentemente ao ingresso formal no sistema de justiça, deve ser dado à população saber dos seus direitos e onde ou por que meios os buscar, sublinhando a importância da Defensoria Pública aos necessitados.

Da sensibilidade social da Lethícia espero e desejo que, do lugar que ocupar, nas relações que estabelecer, nas tarefas que desempenhar, tenha sempre na retina e no coração a imagem de um escravizado dormindo e não esqueça que ao despertá-lo deve mostrar para ele a Justiça, pois esteja certa, era exatamente com ela que ele estava sonhando.

André Luis de Moraes Pinto

Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Santa Cruz do Sul/RS

Lis Vieira Monteiro

São Leopoldo - RS

Escola Técnica Estadual Frederico Guilherme Schmidt

4º ano

1	A relatividade da justiça
2	
3	"A justiça nunca será feita - até que aqueles que não são afetados se indignarem com os que são", frase dita por Benjamin Franklin. Esta
4	palavra, justiça, significa dar a uma determinada pessoa ou situação
5	seus méritos e deméritos baseados na sua atitude como indivíduo
6	É justiça pra mim sempre pra isso, um direito. Todavia, conforme
7	foi crescendo, vi que ela não era acessível à todos, passando
8	a ser mais uma ideia de que um ato em si.
9	
10	A justiça, num todo, deveria ser um corpo de pessoas que
11	pega pelo que é correto. Um conjunto de almas que tem o intuito
12	de guardar a essência correta e a ética da sociedade. Mas
13	ela é falha, sendo influenciada por aqueles que fazem parte
14	dela. Não consegue e ainda não consigo compreender como
15	qualquer fator que não são as atitudes podem influenciar
16	em justiça, em fazer o que é correto.
17	Além disso, conheci seu oposto, a injustiça. Veja bem, quando falo
18	de tomadas de decisões justas não falo somente de um julgamento,
19	mas de uma percepção social perante as pessoas, estas que
20	decidem como agir e tratar alguém. Nunca irei esquecer do sofrimento
21	da minha irmã autista, que demorou a ter seus direitos e a ser
22	tratada de forma justa como um cidadão normal, coisa que
23	ela sempre foi.
24	A justiça em minha vida não é uma visita constante, é na
25	verdade como um sorteio, aparecendo para aquele que tiver mais sorte,
26	ou melhor, mais características condizentes com aqueles que julgam.
27	Relativo ou não, a justiça não se apresenta para todos, mas a
28	injustiça sim. Cabe as pessoas aprenderem mais o poder que a
29	justiça tem e o quanto ela é necessária a. Faço das pala-
30	vas de Benjamin Franklin as minhas.

Prezada Lis, não perca a fé na Justiça.

De fato, tua percepção está correta de que a Justiça não está disponível a todos todo o tempo. Na verdade, a realização da Justiça decorre de uma luta constante, muitas vezes bem dura. Não por outra razão, os direitos mais importantes que temos hoje foram conquistados, ao longo dos séculos, a preço de sangue.

Imagino também que foi com luta que se conseguiu o reconhecimento dos direitos da tua irmã. Aliás, dessa luta particular eu entendo bem. Meu filho mais novo também é autista. Mesmo tendo um pai que trabalha no Poder Judiciário, ele não está imune à injustiça e à discriminação – o que já ocorreu e houve necessidade de luta para que a Justiça operasse.

Por fim, sempre lembre da lição que Jesus nos legou no Sermão da Montanha: “Felizes os que têm fome e sede de justiça, pois serão saciados”.

Espero ter a oportunidade de conhecê-la pessoalmente.

Grande abraço!

Thiago Dias da Cunha

Juiz de Direito do 2º Juizado da 1ª Vara Criminal de Caxias do Sul/RS

Vice-Presidente de Patrimônio e Finanças da AJURIS

Lucas Becker Lau

Arroio do Meio - RS

Escola Estadual de Ensino Médio Guararapes

2º ano

1	De Aristóteles à Constituição: O papel da Justiça na sociedade
2	Quando o assunto é Justiça, uma referência ao nome
3	filosofia é Aristóteles que, dentre muitas ensinamentos, faz uma
4	reflexão acerca de sua importância afirmando que a base da
5	sociedade é a Justiça e o julgamento constitui a ordem
6	da sociedade. A proposição do filósofo permanece válida na
7	atualidade, tendo em vista que, em todos os aspectos da
8	vida do ser humano, a Justiça está presente.
9	Com efeito, nota-se nos aspectos que permeiam a
10	vida das pessoas a presença da Justiça como um elo
11	que mantém a ordem social e garante a cidadania e a
12	equidade entre pessoas de diferentes classes sociais.
13	Acerca dessa lógica, é importante destacar o papel da
14	Constituição Federal no cotidiano da população, a qual
15	garante direitos como saúde, educação e transporte gratuito,
16	indispensáveis para o desenvolvimento educacional, cultural
17	e consequentemente econômico do país. Assim, assegura-se,
18	por meio do Poder Judiciário que, utilizando de suas
19	atribuições garante que esses direitos sejam cumpridos, ou
20	seja, as mudanças e desigualdades presentes no país, causadas
21	por séculos de negligência e má gestão pública, não se
22	tenham girado em vão.
23	Diante disso, denota-se a relevância da Justiça no
24	contexto social atual, visto que possui diversas funções as
25	quais não sejam apenas julgar e punir delatores. Assim como
26	Aristóteles definiu, o Poder Judiciário é o elo amparador do
27	corpo social e garantidor dos direitos fundamentais e indis-
28	poníveis do ser humano.
29	
30	

Caro Lucas Becker Lau: apreciei tua determinação em participar do certame, o que denota tenacidade em enfrentar e aproveitar as oportunidades que a vida nos faz deparar.

Tua citação à Aristóteles foi muito oportuna, haja vista o lugar maior ocupado pelo filósofo helênico no pensamento de muitas civilizações, mormente quando ele enalteceu a figura do “justo” como princípio presente nas relações humanas, sejam as privadas ou aquelas entre o cidadão e o Estado.

Neste tom, importante dizer que o critério do que é certo ou errado, cuja opção culmina no cometimento de um ato justo ou um ato injusto, é a nós ensinado desde infantes, onde aprendemos por experiências na vida familiar, social e escolar. A maturidade nos ensina a melhor decidir, em especial quando envolve pessoas próximas. Assim, a prática do princípio de justiça não é exclusiva do Estado, através do Poder Judiciário e do juiz, mas principalmente do cidadão, jovem ou de idade mais avançada, em suas relações sociais, laborais e familiares.

Especificamente à Justiça, entendendo-se esta como o Poder Judiciário, é neste que aportam as mazelas da sociedade. Quando isto acontece, é porque o dano no tecido familiar e social já está feito, cabendo a este Poder de Estado analisar as consequências de tal estrago e aplicar a legislação vigente no sentido de tentar consertar, o que nem sempre se consegue.

O oxigênio do sistema democrático exige a tripartição dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, todos independentes mas harmônicos entre si, cada um com seu papel constitucional. A alternativa de se buscar o Judiciário para solver questões é tão somente quando tudo o mais falhou, não restando outra saída. Todavia, o que tem se visto é um raciocínio inverso, ou seja: não se tenta conciliar, optando por buscar imediatamente o pronunciamento judicial sobre as questões, o que subverte o sistema.

Atinente à figura do juiz, é ele uma pessoa comum, que entendeu por enveredar pelos caminhos desta profissão, fazendo a preparação intelectual necessária. Decidir sobre o patrimônio, a liberdade e a honra das pessoas é tarefa hercúlea, mas são os “ossos do ofício” do magistrado. Nem sempre ele acerta, mas te asseguro que o objetivo é acertar, é se aproximar o máximo possível daquilo que seja justo. Quando duas pessoas estão disputando um bem da vida na Justiça, ambas creem que o que é justo é uma decisão em seu favor, o que às vezes não acontece. Portanto, o critério do justo é subjetivo, a depender de que lado se está. E aí entra a função do juiz, no sentido de decidir quem tem o melhor direito, segundo a legislação.

Enfim, penso que conseguistes captar o objetivo do tema proposto, expondo tuas ideias e teus conceitos, o que muito me agradou. Desejo-te uma iluminada caminhada como estudante e depois como profissional e cidadão.

Um abraço!

Ícaro Carvalho de Bem Osório

Desembargador TJ/RS.

Lucas Flores Borin – Premiado 2º lugar

Santa Maria – RS

Escola Básica Estadual Dr. Paulo Devanier Lauda

2º ano; 11º grau

Justiça - Uma Semente.

1 Existem certos debates que são absolutamente atemporais. Não importa quando
2 ou a quanto sejam discutidos: são tão necessários - tão intrínsecos - à condição huma-
3 na, que seria impossível escrever o mundo sem sua presença. É o caso,
4 por exemplo, do amor, da fraternidade, da liberdade - e, como é o
5 caso deste texto - da justiça.

6 A maior parte das diccionários busca sintetizar o conceito de justiça co-
7 mo "um almejado estado harmônico, ditado por um julgamento razoável
8 e imparcial". Desde a busca dos tempos, quando os homens primi-
9 vos alienaram-se de seu progresso nômade e desenvolveram as primeiras
10 sociedades organizadas, tiveram de constituir limites aceitáveis de exi-
11 vivências: o que era tolerável e o que não era; o que era certo e o que
12 não era; o que era justo e o que não era.

13 Do Neolítico até então, as noções de justiça foram cada vez mais
14 desvalorizadas e apimentadas; na Mesopotâmia do Século XVIII a.C. surge o
15 primeiro código de leis escritas, as Tábuas de Hamurabi; nos seguintes
16 séculos, filósofos como Platão, Aristóteles e Polêmaco discutiram sobre sua
17 natureza e papel prático, atribuindo (para além de função social) a
18 qualidade de virtude. No Império Romano, é designada como o obje-
19 tivo da Direita e do Estado; e, no Período Contemporâneo, sob a luz dos
20 constitucionalistas, positivistas e racionalistas dos Séculos XIX e XX, ganha o
21 aspecto que lhe é própria até os dias de hoje.

22 Resta, contudo, o questionamento: Onde ela está? É prática e diária em nos-
23 sas vidas? Simples: se nos é garantido o direito de ir e de vir; se nos é dada a
24 liberdade de credo e orientação sexual; se posso escrever entre linhas com tran-
25 quilidade por saber que meus direitos de expressão não serão cerceados; se
26 posso sonhar com um futuro melhor e trabalhar para cultivá-lo, no presente, a
27 semente deste futuro, então eis aí a justiça - A garantia dos direitos indivi-
28 duais e inalienáveis, e a ratificação dos deveres coletivos para a edifi-
29 cação de uma vida mais digna.

30

Primeiro, quero declarar minha satisfação com o “Prêmio Redação nas Escolas”, patrocinado pela Ajuris, sob a batuta da jovem e talentosa Magistrada Samyra Remzetti Bernardi.

Na sequência, parabenizo o **Lucas** pelo texto direto e bem construído, revelador de um adolescente atento ao que é primordial, com ótimas referências históricas e ricas conclusões sobre a vida e sobre a Justiça.

Dirijo-me ao Lucas essencialmente, para dizer-lhe que a redação me inspirou e me encheu de esperanças no futuro, pois a sociedade dependerá de jovens como ele para se reerguer após a amarga pandemia.

Lucas, captaste o sentido da Justiça com grau de maturidade de um adulto, com a precisão de um acadêmico, e com a sensibilidade própria da juventude, época em que tudo é superlativo e exponencial. Lançaste mão de institutos e de conceitos-chave, os quais deveriam compor o vocabulário e o discurso de toda a gente. Direitos humanos, dignidade, liberdade de crença e de orientação sexual. Tua redação por si só é uma aula de cidadania.

Aconselho que sigas estudando, conhecendo os fundamentos da civilização, lendo clássicos (sugiro sempre e para todo mundo “A Cidade Antiga”), que serão o diferencial na tua vida e na tua escolha profissional.

Abrace a vida e as oportunidades! Sempre que possível, crie e dê oportunidades!

Orgulho imenso de ti, Lucas, a quem desejaria ter prestigiado na entrega da merecida premiação em Santa Maria. Quis o destino nos encontrássemos através deste texto.

Gabriela Dantas Bobsin

Juíza da Infância e da Juventude em Santa Maria até o início de 2023, hoje atuando em POA

Magda Timoteo Dinarte

Viamão - RS

Escola Estadual Indígena Karai Arandú

9º ano

Justiça Mbya Guarani

A justiça está todos os dias na minha vida. Me chamam Magda e meu nome guarani é Parei Yxapix, moro na aldeia Jatai'ix, Santa Gal. e em Viamão.

Aqui moro com a minha família nesta comunidade que vive de acordo com a cultura Mbya. Falamos a nossa própria língua, moramos em casas tradicionais onde fazemos fogo todos os dias, parei fazer mate, parei cozinhar, para nos aquecer do frio. Ficamos ao redor da fogueira para contar os sonhos que tivemos e os mais velhos nos contam as histórias dos nossos antepassados.

Todas as crianças da comunidade estudam em uma estadual que fica dentro da aldeia e que respeita a nossa cultura, além de nos ensinar a cultura do não indígena. Temos matérias específicas como Língua Guarani e valores da cultura Guarani.

Viver este cotidiano citado acima, possibilita que a Mbya permaneça viva como a chama do fogo que aquece o nosso espírito. Assim, a justiça se faz por todos... os indígenas graças às leis conquistadas de muitas lutas dos Xandaro e Xandaria Kuery. Ainda temos muitas lutas a conquistar, como impedir a legalização do Marco Temporal e conquistar o direito de demarcação dos territórios indígenas. Mas graças os direitos já conquistados podemos nos reunir e em nossa própria língua, juntos, sonhar um futuro melhor.

Magda me impressionou com a sua redação pois, apesar da tenra idade, demonstrou ter plena ciência da importância da ancestralidade que carrega, bem como do papel fundamental da Justiça no que concerne à garantia dos direitos dos povos indígenas e acesso ao Poder Judiciário.

Como referiu Magda, ou Para'i ixapy, como é chamada dentro da sua comunidade, em seu texto, por meio da luta travada pelos povos indígenas, muitos direitos foram conquistados e muitos ainda não de ser.

Nesse contexto, a ancestralidade assume fundamental importância, pois saber sobre o valor da conexão com o que foi herdado dos antepassados faz que com as tradições se mantenham vivas, “como a chama de fogo que aquece o nosso espírito”, o que é de suma importância quando falamos dos povos indígenas, que vem sendo dizimados e retirados de seus territórios desde que o europeu chegou a essas terras.

Mas, pararei por aqui, pois esse lugar de fala pertence à Para'i ixapy. A mim, apenas, desde o lado de fora, cabe observar e admirar a valorização que os povos indígenas conferem às suas tradições e à ancestralidade.

Ao refletir sobre o texto escrito por Magda, passo a ponderar sobre o que o Poder Judiciário tem feito para que haja a facilitação de acesso aos indígenas à Justiça concomitantemente com o respeito às tradições mantidas pelos povos.

Recordei-me, nesse contexto, do meu primeiro acesso aos direitos indígenas, quando realizei estágio no Ministério Público Federal, especificamente no Núcleo de Direitos Indígenas e Minorias Étnicas. Nessa oportunidade, tomei conhecimento de importantes processos de demarcações de terras indígenas que tramitaram, além da proposição de políticas de educação e saúde para essas comunidades.

Mas os processos que afetavam a todos que trabalhavam no Núcleo, eram, majoritariamente, os que envolviam o tema da demarcação de terras, cuja importância também foi destacada por Para'i ixapy, que revelou grande preocupação com a aprovação do marco temporal. E, a meu ver, com efeito, a aprovação representará um grande retrocesso e contribuirá para que mais indígenas fiquem longe de suas terras e delas sejam retirados.

Atualmente, lidam os povos indígenas com ações de garimpeiros e grileiros em suas terras, não obstante diversos esforços empreendidos pelo Judiciário, Legislativo e Executivo. Diante desse quadro, exigir-lhes, ainda, a comprovação de que, em 05 de outubro de 1988 habitavam aquele local, poderá causar danos irreparáveis aos povos indígenas e, conseqüentemente, à história e à cultura do Brasil.

Em um contexto de 900 mil indígenas que habitam o país, fazendo parte de 305 etnias atualmente existentes, que falam 274 línguas, Para'i ixapy faz parte da aldeia Jataity e vive a cultura Mbya. Como integrante do Poder Judiciário, posso dizer à Magda e aos demais integrantes de sua aldeia, que, em busca da garantia do direito dos povos indígenas, o Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo aperfeiçoamento do trabalho do sistema judiciário brasileiro, vem editando resoluções que visam proteger os seus direitos, sem deixar de observar as suas tradições.

Nessa toada, magistrados vêm sendo orientados sobre a necessidade de, por exemplo, garantir intérpretes aos indígenas, determinar a realização de perícias antropológicas e, especialmente, conferir aos indígenas a devida participação nos processos de demarcação, o que, muitas vezes deixa de ser considerado.

Saliento, ainda, a recente criação do Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos povos indígenas e tribais, que visa elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto a esse tema.

Há de se mencionar a edição de outra resolução do Conselho Nacional de Justiça, de suma importância, cujo objetivo é o estabelecimento de diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas (Resolução CNJ nº 454/2022).

Por fim, à Magda, ou Para'i ixapy, gostaria de expressar minha profunda admiração pela história que rapidamente transcreveu nesse concurso de redação e comprometer-me, como integrante do Poder Judiciário, a conhecer mais sobre a história do seu povo, sempre buscando efetivar a garantia dos direitos que lhes são assegurados, concedendo lugar de fala a vozes que por tanto tempo foram silenciadas.

Priscila Anadon Carvalho

Juíza de Direito da 1ª Vara Judicial de São Sebastião do Calí.

Nicolas Eduardo Lima Nunes – Premiado 1º lugar

Gravataí – RS

Colégio Estadual Nicolau Chiavaro Neto

2º ano

1	O chamado à justiça
2	Desde os tempos antigos, os sábios e pensadores discutem sobre o verdadeiro
3	significado de "justiça". Para alguns, é conceder igualdade a todos os membros da
4	sociedade. Para outros, é tratar todos com imparcialidade. Mas, não há consenso. É
5	fato, no entanto, que essa relatividade não anula a percepção natural de justiça.
6	Todos somos compelidos por nossa própria consciência a agir corretamente.
7	A injustiça, de certo modo, é contrária à natureza, visto que há algo que nos
8	alerta, mesmo sutilmente, quando agimos indignamente. Ainda que a origem e de-
9	finição desse alerta sejam discutíveis, sua existência, bem como sua persistência,
10	é inegável. Não há aspecto da vida humana que não seja afetado por esse misterio-
11	so guia, essa luz inextinguível que não só nos direciona, mas também nos confronta.
12	Quando mentimos, quando lesamos, quando desrespeitamos, em qualquer momento
13	moralmente duvidoso de nossa curta existência a luz está lá.
14	Muitos problemas decorrem do ignorar da consciência. De fato, a socieda-
15	de apenas chegou ao estado miserável moderno depois de milênios de fraqueza mo-
16	ral. Reinos opressores se ergueram e atormentavam o povo. Mentirosos se elegeram
17	sobre a confiança dos eleitores enganados. Religiões perseguiram e foram perse-
18	guidas, sem qualquer embasamento racional ou moral. Mas, engana-se quem pensa
19	que a injustiça é monopólio de grandes grupos ou personalidades. Nós somos injus-
20	tos todos os dias, às vezes sem intenção. Na escola, há bullying. Em casa, traições. No
21	trabalho, negligência. O mundo em si é injusto.
22	Em suma, todos nós somos moralmente reprováveis e inaceitáveis. O cami-
23	nho para uma melhor sociedade, no entanto, é claro: pense. Toda vez que a oportu-
24	nidade para sermos injustos surgir, devemos nos questionar sobre os resultados
25	dessa ação. Vale a pena causar mal aos outros? A resposta influenciará todas as
26	suas decisões daí em diante. Pergunte onde a justiça está em sua vida e, se não
27	houver traços dela, comprometa-se a agir justamente. Como dito por Gandhi,
28	seja a mudança que você quer no mundo.
29	
30	

É com grande satisfação que comento a redação do **Nicolas**, 1º lugar no Prêmio AJURIS de Redação nas Escolas em 2022. Aluno do 2º ano do Colégio Estadual Nicolau Chiavaro Neto, Nicolas impressionou os jurados com a qualidade de sua escrita e ideias sobre justiça.

Nicolas trouxe a ideia de que a justiça é algo natural e intrínseco ao ser humano. Ele se referiu a tempos antigos e “grandes sábios” na busca de encontrar o conceito de justiça, o que nos conduz a pensar na profundidade filosófica do conceito. Mas, logo Nicolas conclui que existe uma “percepção natural de justiça” decorrente da consciência humana e a partir daí desenvolve seu ponto.

Ele argumenta que, quando ignoramos nossa consciência, cometemos injustiças, seja na sociedade ou em nossas vidas pessoais. Exemplos disso são perseguições religiosas e bullying nas escolas. Segundo Nicolas, essas situações poderiam ser evitadas se pensássemos mais sobre nossas ações.

Pensar, refletir e ponderar é fundamental no trabalho de juízes e juízas. E Nicolas identificou o cerne de nosso trabalho diário, que é justamente do reforço da consciência humana para encontrarmos a justiça em nossas vidas. A justiça, para Nicolas, vem de um ato de consciência e humanidade, o que me faz chegar à seguinte reflexão: o juiz e a juíza que Nicolas deseja não é aquele que apenas corrige uma injustiça, mas é aquele restaura o ato consciente de um determinado grupo ou de um certo indivíduo.

Esses momentos de interação com a sociedade, com a comunidade escolar, com os jovens, nos permitem refletir acerca da nossa atividade de distribuição de justiça. Qual é a justiça que queremos? Onde está esta Justiça? Nicolas, com sua redação “O chamado à Justiça”, e todos os demais participantes desta edição, nos deram vários caminhos para chegarmos a um poder Judiciário ainda melhor.

Daniel Neves Pereira,

Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de Porto Alegre/RS

Vice-Presidente Cultural da AJURIS

Pietra Wannmacher da Silva Rigon

Santo Ângelo – RS

Colégio Tiradentes Brigada Militar de Santo Ângelo

3º ano

Equidade é a justiça

Não é possível falar de justiça, em minha visão, sem mencionar a corrente "meritocracia". A meritocracia é um modelo de hierarquização que defende a ideia de o poder social ser composto através de um "merecimento". No entanto, esse sistema é facilmente refutado quando observamos na realidade brasileira a desigualdade de oportunidades em inúmeros pilares sociais, tal como na educação. Por exemplo, somente com a recente concessão de políticas públicas educacionais algumas famílias obtiveram – finalmente – o acesso previsto na Carta Magna a uma educação de qualidade. A minha família foi uma dessas. Por meio de oportunidades estudantis propiciadas pelo governo e também por meus de muito suor, tire pais que saíram do periferia de onde moravam e proporcionaram a minha (eu) uma excelente educação.

De antemão, preciso dizer que meus pais tiveram apenas oportunidades lançados no próprio esforço e fortalezadas por incentivos públicos. Para exemplificar, através do Programa Universidade para Todos (ProUni), que tem como objetivo a concessão de bolsas de estudos em cursos de graduação, minha mãe conseguiu uma bolsa integral que abriu seus horizontes. Logo, como posto pelo economista Friedrich Hayek "Existe uma enorme diferença entre tratar os povos igualmente e tentar torná-los iguais". Foi e é necessária essa adaptação jurídica para minha mãe, Notábia, e muitos indivíduos terem seus direitos garantidos. Sem essa adaptação, minha mãe jamais seria a profissional que é e jamais teria me concedido, junto de meu pai (Rafael), a educação que tenho.

Ademais, devo aprofundar o meu contato com as consequências dessa garantia. Ao contrário de meus pais, tive o convívio com a educação de qualidade desde a infância. Durante todo o meu crescimento frequentei escolas particulares pagas, parte em bolsa, parte em suor do trabalho deles. Ter essa realidade em mente me fez sempre valorizar qualquer aprendizagem. Foi apenas no fim do Ensino Médio em uma boa escola pública, quando comecei a perceber de que a justiça na minha vida está na minha ~~educação~~ educação e em tudo que, através dela, ganhei e ganho como pessoa.

Em resumo, se escrevo hoje esse texto com todo o conhecimento que tenho, é porque a justiça na garantia da minha educação foi atingida. É apenas de ser grata por tudo que tenho acesso, é necessária relembrar que ainda existem muitas "Notábias" e "Rafaeis" em busca de seus direitos educacionais. Afirimo, portanto, que a educação é o maior poder social existente, entretanto, sem ela desvalorizada, o mérito expresso na meritocracia não se faz justo. Devemos fazer por fazer cada vez maiores em prol de uma realidade mais igual. Devemos fazer, democraticamente, justiça.

Inicialmente, tenho que parabenizar **Pietra** pela sensibilidade e por traduzir tão bem sua gratidão pelo processo de formação educacional que vem recebendo por meio de seus pais e o quanto se sente mobilizada por isso.

O título proposto pela autora diz muito sobre ela, ainda tão jovem, demonstrando sinais de maturidade, consciência e lucidez. Afirma com convicção que não há que falar em justiça, sem falar em equidade, indo mais além, e estabelecendo uma regra de equivalência ou sinonímia entre equidade e justiça, justiça e equidade.

Ao longo da história da humanidade, muitos pensadores buscaram respostas para valores considerados sagrados para justificar a organização da vida em sociedade, dentre eles, a justiça. Assim, é possível percorrer a saga pela compreensão do real significado desta palavra, desde a idade antiga até a contemporaneidade, desde Aristóteles até John Rawls.

Mas Pietra fez isso com muita sagacidade e respondeu ao tema proposto “Onde está a Justiça em sua vida?”, com muita astúcia. Destacou que as oportunidades que seus pais receberam de melhores condições do sistema de ensino por políticas públicas, fizeram com que eles pudessem ter condições socioeconômicas que renderam bons frutos: “Por meio de oportunidades estudantis propiciadas pelo governo e também por muito suor, tive pais que saíram da periferia de onde moravam e proporcionaram a sua filha (e) uma excelente educação”.

Assim, a partir da leitura da redação, percebe-se a simbiose de valores que fizeram a diferença na vida de Pietra, para a compreensão do que ela entende por justiça, e o reflexo deste conceito para o seu crescimento pessoal, alcançando justiça, no sentido de justiça social, com igualdade de oportunidades, que no horizonte da sábia autora somente será possível por meio da educação de qualidade para todos.

Mais uma vez parabenizo Pietra pelo excelente texto apresentado e manifesto sentimentos de gratidão pela oportunidade de poder olhar o mundo por seus olhos a partir da experiência compartilhada.

Flávia Marciano Monteiro

2ª Vara Judicial da Comarca de Guaporé/RS

Letora e aprendiz de “Pietras”, em homenagem a minha sobrinha e a autora desta redação que possuem o mesmo nome

Salatiel Silva de Oliveira

Santa Rosa - RS

Núcleo Estadual de Educação de Jovens e

Adultos de Cultura Popular Paulo Freire

2º ano

1	As Injustiças que Sofri !!!
2	De muitas injustiças que sofri contarei algumas a vocês
3	neste momento. Na nossa sociedade tem tantas injustiças, come-
4	çamos pelas escolas. Eu acho que as escolas deveriam ser todas iguais.
5	Pois as escolas particulares são bem melhores que as
6	municipais. Porquê? Pergunto não pela parte dos professores,
7	mas sim pelas estruturas em gerais. Nós não temos culpa por
8	ter nascido pobres.
9	Uma vez quando eu era ainda muito novo, trabalhei
10	quase um ano guardando dinheiro. Comprei uma bicicleta nova. Logo
11	saiu comentários. Deve ter roubado! Escutei isto sai enfurecido.
12	Chegando em casa contei a minha mãe. Que também ficou
13	enfurecida. No mesmo momento pegou as notas da bicicleta e mos-
14	trou a todos, pois eu tinha comprado minha bicicleta não rou-
15	bado! Neste momento me senti aliviado. Pois eu estava
16	certo. E pude provar. Vi também se estivermos e fizemos
17	o certo, existe justiça, sim, é eficaz.
18	Moral da história: Não julgue seu próximo, para não
19	ser julgado. Não olhe pelas aparências, não condene al-
20	guem por sua condição social. Pois hoje em dia somos
21	julgados pelas nossas aparências, condições sociais, cor da
22	pêlo, etc. Mas esquecem que somos todos seres humanos e
23	merecemos respeito, igualdade, educação a todos e assim
24	por diante. Outra coisa como falei antes, se fizermos
25	as coisas certas, vamos estar certo e no momento que
26	precizarmos poderemos provar isso.
27	E isto é apenas um desabafo, não contra a
28	sociedade, mas sim contra as injustiças da
29	sociedade !!!
30	o o o

Um dos grandes medos de um juiz é ser injusto – e assim deve ser.

E se eu condenar um inocente? E inocentar um culpado? Devo afastar uma criança de seus pais? E se não afastar? Esse valor é justo para compensar os danos sofridos por essa pessoa? Devo conceder um leito de UTI para esta pessoa, em prejuízo de outra, que estava à frente na fila?

Não é um exercício simples, o julgar por profissão. Afinal, diferentemente de meros julgamentos cotidianos, que todos exercemos, um julgamento equivocado impacta a vida de todas as pessoas envolvidas. Por outro lado, é um desafio que nos permite, a cada dia, lutar para que haja mais Justiça no mundo.

Salatiel traz, em sua redação, um relato forte de uma injustiça que sofreu ainda na infância. Sinto muito que tenha passado por isso em tão tenra idade. De fato, a sensação de injustiça é um sentimento que não se esquece.

Por outro lado, chamou minha atenção a frase “se (...) fizermos o certo, existe justiça sim, e é eficaz”. Ocorre que, no caso, não foi o mero fato de ele ter razão que fez com que a Justiça fosse feita. Sua mãe usou sua voz para defendê-lo perante aqueles que o acusavam.

A Justiça não se faz sozinha. Ela exige o grito dos bons. Ela precisa daqueles que se levantam contra as injustiças da sociedade.

Agir corretamente é essencial para evitar o surgimento de novas injustiças. Porém, aquelas que já estão no mundo só serão combatidas quando formos capazes de levantarmos nossas vozes.

Todos podemos cometer injustiças eventualmente, mas também podemos contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, revendo nossas próprias condutas e lutando para que as desigualdades existentes sejam eliminadas.

Assim, o ensinamento que tiro da redação de Salatiel é que, na construção da Justiça, não basta o ser correto, menos ainda o parecer correto, mas sim lutarmos contra as injustiças que testemunhamos e sofremos.

Devemos sim, Salatiel, lutar por uma educação igualitária e inclusiva, que propicie a todos oportunidades iguais de conhecimento e de inserção no mercado de trabalho. Devemos, sim, lutar para que as pessoas não sejam julgadas por suas “aparências, condições sociais, cor da pele”.

Devemos todos ser um pouco mãe do Salatiel.

Ao Salatiel, desejo que nunca se deixe definir pelas injustiças que tenha sofrido, mas que carregue consigo o exemplo de sua mãe, anos atrás, que não hesitou em lutar pela Justiça.

Aos amigos magistrados, desejo que nunca percam o medo da injustiça, pois ele nos torna conscientes de nossas limitações. Porém, que, como a mãe de Salatiel naquele dia, não desanimem e não hesitem em serem instrumentos na construção da Justiça.

Samyra Remzetti Bernardi

Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar da comarca de Gravataí

Diretora do Departamento Cultural da AJURIS

Thales Gabriel Fernandes Diniz Martins

Horizontina - RS

Escola Estadual de Educação Básica

Albino Fantin

2º ano

1	A justiça no mundo começa em cada um de nós.
2	
3	Segundo o dicionário, justiça é tudo aquilo que é certo e justo,
4	ou seja, é o direito natural de todo ser humano. Nesse contexto, se-
5	ria a busca incessante por uma sociedade mais justa e igualitária.
6	A pergunta que fica é: onde podemos encontrá-la em nossa vida? Ela
7	está nas pequenas coisas, nas escolhas diárias que fazemos e que
8	mudam o rumo da sociedade.
9	Mo que diz respeito a exercer justiça, Aristóteles afirma que ela
10	é uma virtude e que deveria ser buscada por todos. Desde pequenos, so-
11	mos ensinados sobre o que é certo e errado, crescemos com essas
12	conceitos e elas nos moldam no decorrer da nossa vida.
13	Em consequência disso, nota-se que a justiça é uma
14	escolha ética, mas também um dever que temos para com os outros.
15	Achar uma carteira na rua e devolver ao dono, devolver o troco
16	recebido a um só, não andar em pessoa, ser honesto, tratar a to-
17	dos com igualdade, respeitar filas, vagas preferenciais e os
18	regras de trânsito são exemplos diários onde escolhermos
19	praticar a justiça.
20	Portanto, fica evidente o papel e a forma com que exerce-
21	mos a justiça em nossa vida, pois é através de peque-
22	mos atos que evoluímos dia após dia. Cabe a cada um
23	a responsabilidade de escolher a justiça, olhando para
24	dentro de si, para os que estão ao mesmo redor e fa-
25	zendo o que é certo, a fim de alcançarmos um futuro
26	cada vez melhor. Dessa forma, iremos nos tornar uma
27	sociedade mais justa, sem preconceitos e discriminação.
28	
29	
30	

Thales, Aristóteles e a Justiça

Thales: Mestre Aristóteles, eu estive pensando sobre o conceito de justiça e gostaria de saber o que o senhor tem a dizer sobre o assunto.

Aristóteles: Thales, antes me diga: o que você entende por justiça?

Thales: Bem, eu acredito que a justiça no mundo começa em cada um de nós. Ela está nas pequenas coisas e implica em agir de forma correta, dando a cada um o que é seu, respeitando direitos e deveres.

Aristóteles: Muito bem, Thales. Você acaba de definir a justiça como virtude.

Thales: Como assim, Mestre?

Aristóteles: Digamos que alguém encontre um saco de moedas de ouro na rua. Qual seria a atitude justa e virtuosa nesse caso?

Thales: Devolver ao dono?

Aristóteles: Isto mesmo, Thales. Se entendermos a justiça como uma virtude que envolve dar a cada um o que é seu, a pessoa que encontrou o saco não é a proprietária legítima das moedas, então a justiça exigiria que ela procurasse o dono e devolvesse o dinheiro.

Thales: Mas e se não houver nenhuma maneira de encontrar o dono? Ou se a pessoa não se importar com o saco de moedas?

Aristóteles: Mesmo nesses casos, a virtude da justiça ainda exigiria que a pessoa agisse de forma responsável e razoável. Ela poderia, por exemplo, doar o dinheiro para os pobres, ou usá-lo de maneira benéfica para a sociedade.

Thales: Então, a justiça não é apenas sobre seguir as leis? Não está limitada aos fóruns e tribunais? Não é apenas um assunto de juízes?

Aristóteles: Não, Thales. Embora os juízes sejam essenciais para a sociedade e as leis sejam um guia útil para a justiça, a verdadeira virtude da justiça envolve muito mais do que apenas seguir normas. A justiça é sobre fazer o que é certo, mesmo que ninguém esteja olhando. É sobre tratar os outros com respeito e dignidade. É fazer o que podemos para melhorar o mundo ao nosso redor. A virtude da justiça é essencial para o bom funcionamento da sociedade e o caminho para uma vida feliz e realizada. Além disso, quanto mais as pessoas agirem de forma justa, menos a intervenção dos juízes se fará necessária.

Thales: Compreendi, mestre Aristóteles. Obrigado por esclarecer esses conceitos.

Aristóteles: Fico feliz em ajudá-lo, Thales. Lembre-se sempre de que o conhecimento é a chave para a virtude e a justiça, que devem ser cultivadas e praticadas diariamente, em todas as áreas de nossas vidas.

...

Não conheço Thales, nada sei sobre sua história, exceto que vive em Horizontina-RS. Por estar cursando o 2º ano, imagino que tenha em torno de 16/17 anos. Também sei que o nome Thales vem do grego (assim como era grego o filósofo no qual Thales foi buscar o conceito de justiça) e que significa “verdejante” ou “o que está florindo”.

Para além das coincidências que envolvem o nome do nosso jovem e verdejante autor, o certo é que vivemos tempos de demonização das ciências humanas, incluindo a filosofia. Ver um adolescente recorrer a Aristóteles para definir a Justiça não é apenas interessante, é alentador.

Siga dialogando com os filósofos, Thales!

Patricia Antunes Laydner

Juíza de Direito, Diretora da Escola Superior da Magistratura – biênio 2022/2023.

Vanessa Klein

Aratiba - RS

Escola Estadual de Educação Básica Aratiba

2º ano

1	A construção de uma vida mais justa
2	justiça é algo que é correto, justo, igualitário para todos. Ela serve para tor-
3	nar todos da sociedade iguais, sendo assim todos devem ser vistos iguais, sem
4	diferenças, fazendo com que diminua os conflitos entre as populações. Infelizmente
5	não é bem assim que acontece, pois há muitas desigualdades sociais e econômicas,
6	que acabam causando injustiças.
7	A desigualdade social é um grande problema na sociedade em que vivemos.
8	Pessoas negras sofrem muita preconceito, tendo dificuldades de arrumar empre-
9	gos e quando arrumam, seus salários são inferiores, tudo por conta de um per-
10	sonal preconceituoso. Ainda que avançamos bastante percebemos que o racismo
11	ainda existe.
12	Temos também as desigualdades econômicas, onde algumas pessoas têm muito e
13	outras não têm nada. Sendo assim para ser justo deveriam garantir os direi-
14	tos básicos e atender a todos da mesma forma. Vemos que muitas pessoas não têm
15	acesso a uma educação de qualidade, e assim não conseguem adquirir conheci-
16	mentos que poderiam ajudar na sua vida social e profissional, fazendo com que
17	tenham um emprego melhor e que eles gostem, mas infelizmente são deixados de lado.
18	Concluímos que precisamos nos unir para que haja justiça, o governo pode-
19	ria criar mais ações para levar uma educação melhor para todos, dar mais
20	oportunidades às pessoas independente da cor, raça, situação financeira, entre outros.
21	Devemos respeitar o outro, ter empatia, ser solidário, precisamos parar de jul-
22	gar o outro pela aparência e devemos pensar que essa pessoa também tem senti-
23	mentos, precisamos mudar nosso jeito de pensar em relação aos diferentes tipos
24	de problemas sociais que nos cercam, devemos começar por nós, fazendo a nos-
25	sa parte, se cada um fizer a sua parte vamos conseguir construir uma vida
26	mais justa e igualitária a todos.
27	
28	
29	
30	

Carta para Vanessa

Respondendo ao questionamento “onde está a Justiça em tua vida?”, iniciaste tua explanação com uma afirmação – “a construção de uma vida mais justa” –, referindo que Justiça é algo correto e igualitário! Falaste que todos devem “ser vistos sem diferença”, de modo a reduzir as situações de conflito. Pontuaste, Vanessa, a desigualdade social e econômica, o preconceito racial e a falta de acesso à educação, contrapondo esses dilemas com a importância do respeito, da empatia e da solidariedade.

Pois, então!

Poderia te dizer que a vida sem conflitos é utopia, em que pese seria esse o ideal.

Entretanto, entendo que a vida pode ser justa, bastando que todos aprendam a efetividade do respeito e do amor ao próximo. E isso podemos ter com a tua geração, desde que os adultos mantenham e ensinem a importância da compreensão e tolerância nos relacionamentos sociais, da necessidade de sermos menos autoritários e mais acolhedores, menos intimidadores e mais incentivadores, menos preconceituosos e mais igualitários, menos hostis e mais amigáveis com os outros e, em especial, com as crianças e adolescentes.

O certo é que crianças e adolescentes aprendem o que vivenciam – isso consta da Psicologia, do Direito e da poesia. Educar os jovens para serem adultos seguros de si, pacientes, determinados, verdadeiros, amorosos e respeitosos nos levará a uma sociedade efetivamente mais justa, onde os conflitos e os dilemas serão vivências do passado.

A Justiça é tema sério e a noção dela passa pela aprendizagem da equidade, termo pelo qual podemos resumir os problemas por ti apresentados.

A equidade de nossas crianças e adolescentes começa em casa e com pequenos atos, quando os adultos demonstram aceitação aos anseios, quando há o tratamento de modo justo e com o reconhecimento da singularidade de cada um, de cada ser como único e especial. Com esses fundamentos possível que se estenda o mesmo sentido de respeito aos outros na sociedade. Com essa cultura no lar, teremos a sociedade mais fraterna. É isso que precisamos multiplicar.

A Justiça pode ser trabalhada por todos em conjunto e por cada um em particular e esse é o grande desafio que temos, a mais nobre das missões!

Assim, Vanessa, tua geração aprende o que vivencia e crescerá para viver o que aprenderam.

A tua apreensão da questão e os teus ideais para a construção de uma vida mais justa nos leva a crer que os adolescentes compreendem onde está o erro atual e que possuem a chave mestra para encontrarmos a solução. Precisamos atuar na solidificação desses pensamentos e trabalhar no estímulo de ações com entusiasmo e amor.

Precisamos, como mencionaste, fulminar com o preconceito, acabar com a desigualdade, garantir direitos básicos e proporcionar educação – iniciando, assim, uma sociedade mais justa, na qual os direitos são efetivados e atendidos sem qualquer forma de discriminação!

Contamos contigo, Vanessa!

Conceição Aparecida Canho Sampaio Gabbardo

Juíza de Direito do Juizado Regional da Infância e da Juventude da Comarca de Osório.

Presidente

Cláudio Luis Martinewski

Vice-Presidente Administrativo

Cristiano Vilhalba Flores

Vice-Presidente de Patrimônio e Finanças

Thiago Dias da Cunha

Vice-Presidente Cultural

Daniel Neves Pereira

Vice-Presidente Social

Amita Antonia Leão Barcellos Millete

Vice-Presidente De Aposentados

Helena Ruppenthal Cunha

Organizado por

Daniel Neves Pereira

Samyra Remzetti Bernardi

Produção

Josué Borges Brito

Relações-públicas (REG-4024)

Projeto Gráfico e Diagramação

Carolina Fillmann, por Design de Maria

Ilustração de capa

Eduarda Ruperti

Impressão

Gráfica Palotti

Apoio

Sicredi - AJURIS

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Prêmio Ajuris de redação nas escolas : onde está a justiça em sua vida? / organização Cláudio Luis Martinewski, Daniel Neves Pereira, Samyra Remzetti Bernardi. -- Porto Alegre, RS : Ajuris, 2023.

Vários autores.

ISBN 978-65-992702-5-3

1. Educação - Rio Grande do Sul (RS) 2. Escolas públicas 3. Justiça - Brasil 4. Redação - Concursos I. Martinewski, Cláudio Luis. II. Pereira, Daniel Neves. III. Bernardi, Samyra Remzetti.

23-157944

CDD-869

Índices para catálogo sistemático:

1. Redação : Concursos : Literatura brasileira
869

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Realização



Apoio:



A JUSTIÇA ESTÁ EM TODO LUGAR.



Apoio:



ISBN: 978-65-992702-5-3

CDL



9 786599 270253